



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201950101190	Distribuição: 06/09/2019
Número Único: 0005762-79.2019.8.25.0027	Competência: 2ª Vara Cível de Estância
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: JOSE NATANAEL DOS SANTOS  
Endereço: Rua Antonio Vose Montalvão  
Complemento:  
Bairro: Botequim  
Cidade: ESTANCIA - Estado: SE - CEP: 49200000  
Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193/A/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: RUA DA ASSEMBLEIA  
Complemento: 26 ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20011904



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

06/09/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201950101190, referente ao protocolo nº 20190905142203762, do dia 05/09/2019, às 14h22min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ESTÂNCIA – SE**

**JOSE NATANAEL DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob n. 098.160.865-57, portador do RG n. 3.564.377-3 SSP/SE, residente e domiciliado na Rua Antonio Vose Montalvão, n. 275, Botequim, Estância/SE - CEP 49.200-000, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

**ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**  
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;  
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;  
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;  
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



---

## **I – DOS FATOS**

---

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito colisão veículo x pedestre, ocorre que quando a Parte voltava para a sua residência a pé, transitando na calçada, veio um veículo desgovernado e o atingiu, logo após, o veículo evadiu do local, no dia 03/03/2019 às 04h00min, como mostra o Boletim de Ocorrência n. 024194/2019, após primeiros atendimentos, foi então encaminhada ao Hospital de Urgências de Sergipe – HUSE, diante da gravidade das lesões, sendo constatado no momento oportuno **“TCE, Fratura comitativa com afundamento ósseo em reião frontoparietal a direita, fratura dos septos etmoidais e de parede anterior do seio maxilar direito, pneumoencéfalo temporal direito direito, fratura em fêmur direito – S72, fratura da diafise da tíbia esquerda – S82.2, fratura do maléolo lateral – S82.6”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora em 03/03/2019 foi admitida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz *jus* ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos, bem como as minúcias da fratura.

Em razão do ocorrido, pleiteou administrativamente junto à Requerida o pagamento de indenização securitária, recebendo como compensação pelo evento, a quantia de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**. (doc. anexo).

Entretanto, a quantia supracitada, atinente ao seguro DPVAT, paga pela Requerida, não se mostra proporcional à extensão dos danos sofridos pela parte Autora, uma vez que do fatídico resultou danos a maior, muito além dos relatados anteriormente, o que de toda sorte propicia ao Requerente o pagamento do benefício securitário (indenizatório) em valor superior ao liquidado em momento pretérito.

---

Cumprе destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta linhas acima.

De outro tanto, no exórdio do processo administrativo, que possibilita aos vitimados o pagamento de benefício securitário, não é necessária a apresentação de um laudo médico conclusivo, que demonstre se houve ou não lesão permanente, ainda, qual seria o grau da mesma, bastando para tanto que seja apresentado o B.O (boletim de ocorrência), na qual conste a informação de que as lesões apresentadas se deram em detrimento de acidente ocasionado por veículo terrestre, fato este que se amolda perfeitamente ao caso apresentado.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, paga a Parte Autora, como sendo suficiente pelos danos experimentados, destoa da realidade, sendo que a gravidade das lesões sofridas, supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

## **II - PRELIMINARMENTE**

### **II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

---

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

**Art 7º.** A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

**§1º.** O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a**

legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

**FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA.** Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

## **II.2 – DO INTERESSE DE AGIR**

Quanto a eventual alegação por parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

**Art. 5º. *omissis***

(...)

**XXXV** - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim,

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO.** Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

### **III – MÉRITO**

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

**Art. 3.** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

**I** – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
**II** - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

**III** - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**§1º.** No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I** - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II** - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

**§2º.** Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

**§3º.** As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Cumprido destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta.

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de R\$ **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, pagos ao Requerente como sendo suficiente pelos danos experimentados destoam da realidade, uma vez que, a gravidade das lesões sofridas supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela Parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 100% (cem por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores; Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compatíveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital:

<b>Danos Corporais Totais Repercurssão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou <b>inferiores</b> ; Lesões de órgãos e estruturas <b>crânio-faciais</b> .	100

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito “Perda anatômica e/ou funcional de ambos os membros inferiores; lesões crânio-faciais” da Lei.

De outro viés, as consequências pós-operatórias em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer



---

movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 100% (cem por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

#### **IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT**

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 100% (cem por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.** A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:



---

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifou-se)**

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

**E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência. No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida. (TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012). (grifou-se).**

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à Parte Autora o pagamento

de indenização de 100% (cem por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

De mais a mais, resta visível que a quantia de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, pagos ao requerente anteriormente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

#### **V - DA PERÍCIA**

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora,

deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

## **VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

**Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC).** Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do

Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as conseqüências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA, Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

**Art. 6º** São direitos básicos do consumidor:

(...)

**VIII** - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstrada pelo prontuário médico.

Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito<sup>1</sup>.

## **VII- DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

**Art. 5º.** omissis

(...)

**LXXIV** – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

<sup>1</sup> MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

**Art. 99.** O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

## **VIII – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) **Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO** a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex, descontando da quantia supracitada o importe de **R\$ 11.137,50 (onze mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, recebido administrativamente;

b) **Subsidiariamente, condenar** a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a Parte Autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa (pagamento administrativo), **que seja a Requerida condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c**

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

---

**Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;**

**d) Determinar a citação da Requerida**, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

**e) Diante da nova exigência do NCPC**, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

**f) Conceder os benefícios da justiça gratuita** por assim necessitar, não podendo a Parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

**g) Seja concedido a inversão do ônus da prova**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

**h) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais**, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

**i) Determinar a realização de perícia médica**, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a Parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a

pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada Dra. **THAYLA JAMILLE PAES VILA OAB/SE 1.193-A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Estância (SE), 30 de julho de 2019.

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/SE 1.193-A

**Arthur Andrade Francisco**

OAB/MS 16.303

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**

OAB/MS 15.878

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/MS 16.317



### **Q U E S I T O S P E R I T O:**

1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.

2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.

3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.

4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.

5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.

6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.

7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.

8) se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigos 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** Nome José Antanaci de Santos,  
nacionalidade brasileira, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF 098.160.865-57 e RG 3.564.377-3, residente e domiciliado na  
POR. Reluzimundo 1, n. 48,  
bairro Centro Rural, CEP 49.300-000 na cidade de Blândia.

**OUTORGADOS:** COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, "ARTHUR ANDRADE FRANCISCO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e THAYLA JAMILLE PAES VILA, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, e, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campo, CEP 49.075-480, Aracaju - SE.

**PODERES ESPECÍFICOS:** para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, exceto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, subestabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10, **ESPECIALMENTE** para propor Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Blândia - SE 04/09/19

José Antanaci de Santos



---

**DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**

Eu, José NATANAC DOS SANTOS,  
nacionalidade BRASILEIRO, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF 098.160.865-57 e RG 5.564.377-5 residente e domiciliado a  
POV. R. Sudestino 2, n. 48, bairro  
ZONA RURAL, CEP 49.200-000 na cidade de Estância,  
DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 4º da Lei  
n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC; para  
os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de  
condições econômicas para arcar com **eventual ônus processual**, ou seja, especialmente **pagar**  
**as custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de  
sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

Por ser expressão de verdade, e com base na **Lei 7.115**, de 29 de agosto de  
1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas  
da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

Estância - SE 04 / 09 / 19

José Natanael dos Santos

**Declarante**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS

INSTITUICAO IDENTIFICACAO DO CAR, DO RENOVAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

*Jose Nataniel dos Santos*

REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3.564.377-3 2.VIA

MON JOSE NATANIEL DOS SANTOS

FLACAU

CLARIANDA DOS SANTOS

NATURALIDADE

JOSE OLIMPIO DOS SANTOS

ESTANCIA-SE

DATA DE NASCIMENTO

14/02/1998

DATA DE EXPEDICAO

15/04/2019

11041101351998100034017000446507

14/02/1998

098.160.865-57

ESTANCIA-SE

DATA DE EXPEDICAO

15/04/2019

11041101351998100034017000446507

098.160.865-57

Jenilson

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA PLANTONISTA - ESTÂNCIA - ESTÂNCIA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 024194/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 04/03/2019 09:26 Data/Hora Fim: 04/03/2019 10:05  
Delegado de Polícia: Cledson Ferreira Pinto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Plantonista - Estância

Data/Hora do Fato: 03/03/2019 04:00

Local do Fato

Município: Estância (SE)  
Logradouro: Rodovia de Acesso à praia do abaís  
Complemento: próximo à Ponte do Abaís

Bairro: Abaís

CEP: 49.200-000

Tipo do Local: Área Rural

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo
1225: Deixar o condutor do veículo, em acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves (Art. 304, Parágrafo único da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: MARCELA DOS SANTOS (COMUNICANTE , REPRESENTANTE LEGAL )

Vínculo	Envolvido(a)	Tempo da Relação
Tio(a)	José Natanael dos Santos	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)
Mãe	João Vitor dos Santos Silva	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)

Nome Civil: JOÃO VITOR DOS SANTOS SILVA (VÍTIMA )

Nome Civil: JOSÉ NATANAEL DOS SANTOS (VÍTIMA )

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR )

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Envolvido(a)	Grupo	Subgrupo	Descrição	Vínculo
Desconhecido 1	Veículo	Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhonete	Veículo desconhecido - Suspeita-se ser um POLO BRANCO	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

RELATA A VÍTIMA JOÃO VITOR que estava em companhia do seu primo JOSÉ NATANAEL; QUE ambos retornavam da Praia do Abaís onde participaram dos festejos alusivos ao Carnaval; QUE se dirigiam à casa de NATANAEL, no Povoado Riboleirinha; QUE no horário acima informado, quando passavam pela altura da Ponte do Abaís, próximo a algumas residências, indo em direção ao Trevo de acesso às Praias do Saco e Porto do Mato, avistou um veículo se aproximar desgovernadamente da dupla; QUE a dupla transitava pela calçada da via; QUE nada obstante o veículo subiu o passeio e atingiu em cheio seu primo NATANAEL; QUE com o choque NATANAEL foi arremessado metros à frente; QUE imediatamente o condutor do veículo se evadiu do local sem prestar qualquer assistência à vítima; QUE a vítima VITOR não foi atingido pelo veículo; QUE em seguida, enquanto prestava socorro ao primo NATANAEL, um homem se aproximou e disse que ele já estava morto; QUE o Declarante disse: "você fala isso porque não é seu parente"; QUE em seguida aquele homem se juntou a mais três e passaram a agredir o Declarante VITOR, contra quem arremessaram uma garrafa na cabeça, além de desferirem socos e pontapés em seu rosto e diversas partes do corpo; QUE VITOR conseguiu se soltar do grupo de



Delegado de Polícia Civil: Cledson Ferreira Pinto  
Impresso por: Sandro Argollo Ribeiro  
Data de Impressão: 10/06/2019 10:14  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Cledson Ferreira Pinto  
Delegado de Polícia Civil



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA PLANTONISTA - ESTÂNCIA - ESTÂNCIA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 024194/2019

agressores e saiu correndo para casa pelo mato; QUE destes homens recorda apenas do primeiro que o abordou, tratando-se de um jovem magro, alto, queixo avantajado e barba rala; QUE chegando em casa avisou aos familiares do ocorrido, momento em que foram ao local e encontraram equipes do socorro local; QUE NATANAEL foi conduzido ao atendimento médico na Praia, em seguida foi levado ao Hospital Regional de Estância, sendo por fim internado na UTI do HUSE, em Aracaju/SE, onde se encontra até o momento em estado de inconsciência; QUE até o momento se sabe que NATANAEL teve diversas fraturas em membros inferiores, traumas no crânio e na face, entre outros.

É o relato, pedem providências.

ASSINATURAS

  
Delson de Souza Nobre  
Responsável pelo Atendimento

Narcelia dos Santos  
(Representante Legal / Comunicante)

\*Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.\*

## HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE - HUSE

NOME: JOSÉ NATANAEL DOS SANTOS  
REG: 45321  
DATA DE NASCIMENTO: 14/02/1998  
DATA: 03/03/2019  
PROCEDÊNCIA:


### TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO SEM CONTRASTE

#### TÉCNICAS:

- Cortes axiais, da base à convexidade, paralelos ao plano orbitomeatal.
- O exame foi realizado sem injeção venosa do contraste.

#### DESCRIÇÃO:

Fratura cominutiva com afundamento ósseo em região frontoparietal a direita.  
Fratura dos septos etmoidais e de parede anterior do seio maxilar direito.  
Velamento dos seios etmoidais, maxilar e frontal direito e esfenoidal.  
Hemossinus.  
Pneumoencefalo temporal direito.  
Hematoma parenquimatoso frontal e temporal direito.  
Apagamento dos sulcos corticais. HIC.  
Volumoso hematoma subgaleal fronto-parietal a direita.



DR. MANOEL FABIANO DE CARVALHO  
MÉDICO RADIOLOGISTA  
CRM: 1027

**HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE SERGIPE - HUSE**

NOME: JOSÉ NATANAEL DOS SANTOS  
REG: 45426  
DATA DE NASCIMENTO: (NÃO CONSTA)  
DATA: 04/03/2019  
PROCEDÊNCIA:


**TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO SEM CONTRASTE**

Foram realizados cortes tomográficos axiais partindo do plano formado pelas linhas supra-órbito meatais em direção ao vértex, sem a injeção de contraste, que evidenciaram:

Nas imagens disponíveis para laudo pudemos observar:

Traços de fraturas com desalinhamentos ósseos em região fronto-orbitária, temporal e em face à direita com aumento de partes moles e hemossinus.

Áreas contusionais parênquimatosas fronto-temporais à direita com apagamento dos sulcos corticais e fissuras locais, redução de VLD e leve desvio da linha média para a esquerda.

  
\_\_\_\_\_  
DR. EDISON DE OLIVEIRA FREIRE FILHO  
MÉDICO RADIOLOGISTA  
CRM 2964

/mbc





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE  
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA

RELATÓRIO MÉDICO

O (a) paciente

*Dr. Roberto da Silva*

foi atendido (a), nesta unidade dia

tendo sido submetido ( ) a tratamento cirúrgico ( ) conservador

de

*26/04/2011*  
*Próf. Dr. Roberto da Silva*

CID

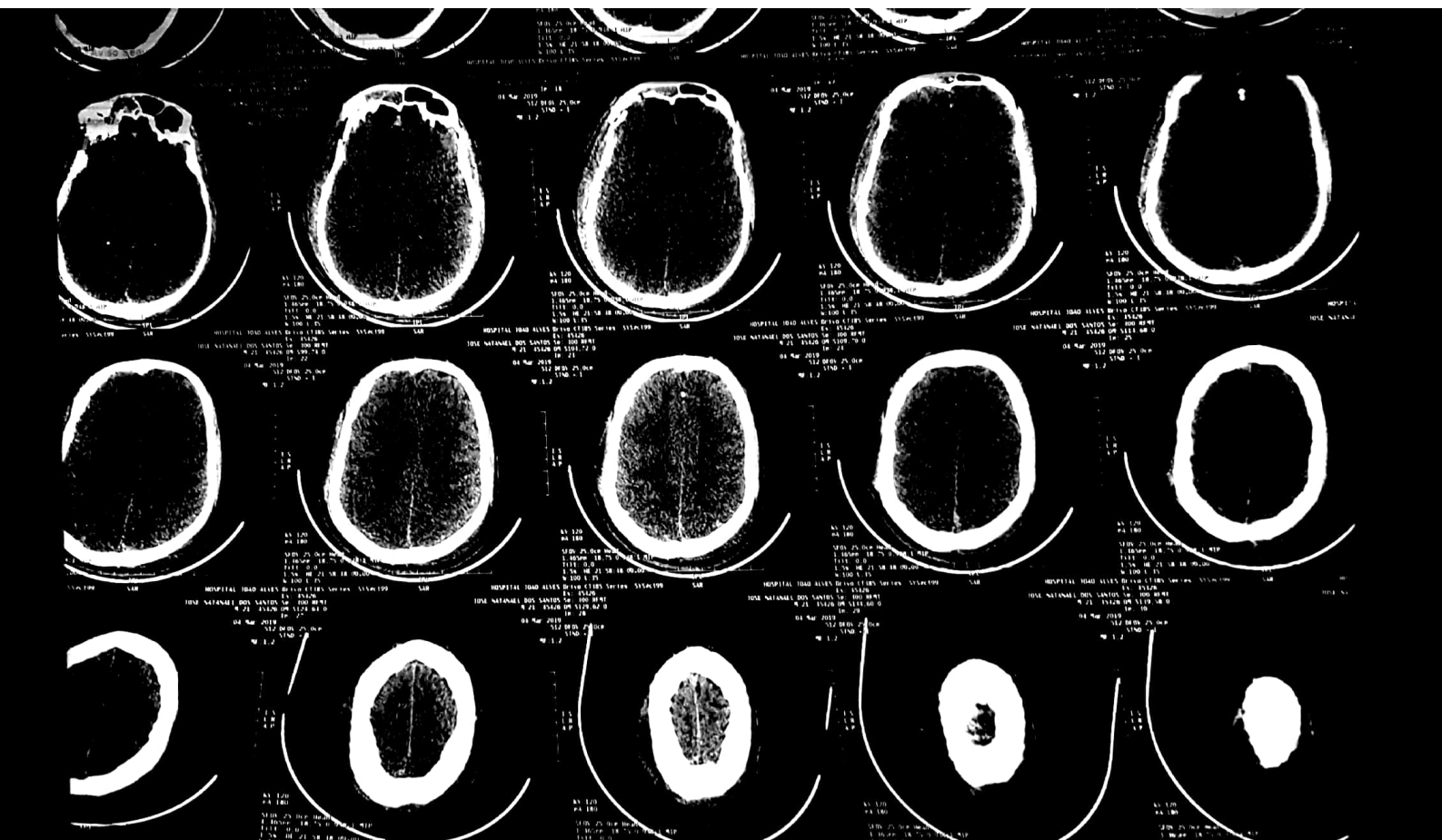
*S72*  
*S72.1*  
*S72.6*

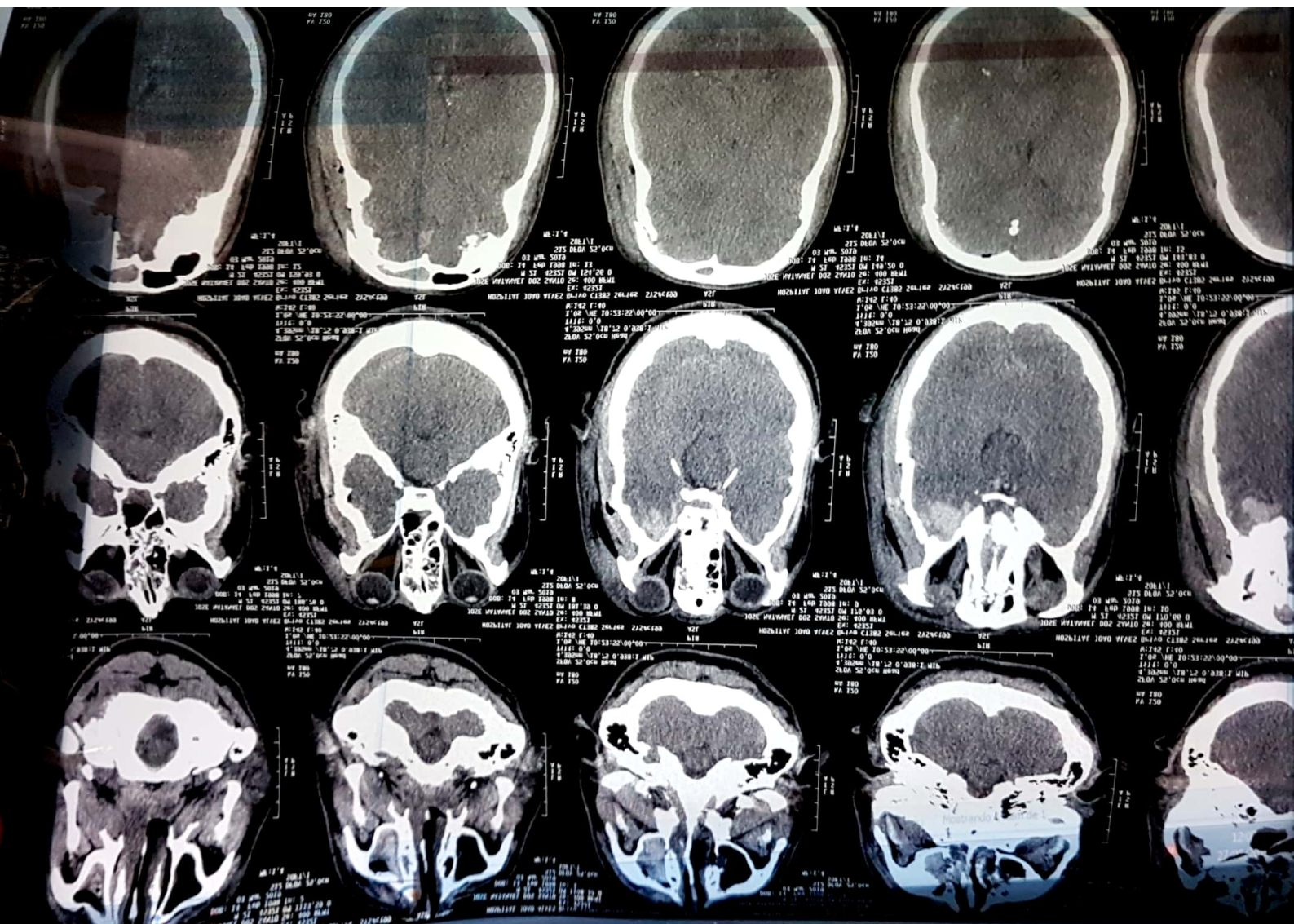
ARACAJU

*26/03/11*

Dr. Antônio Franco Cabral  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM 880

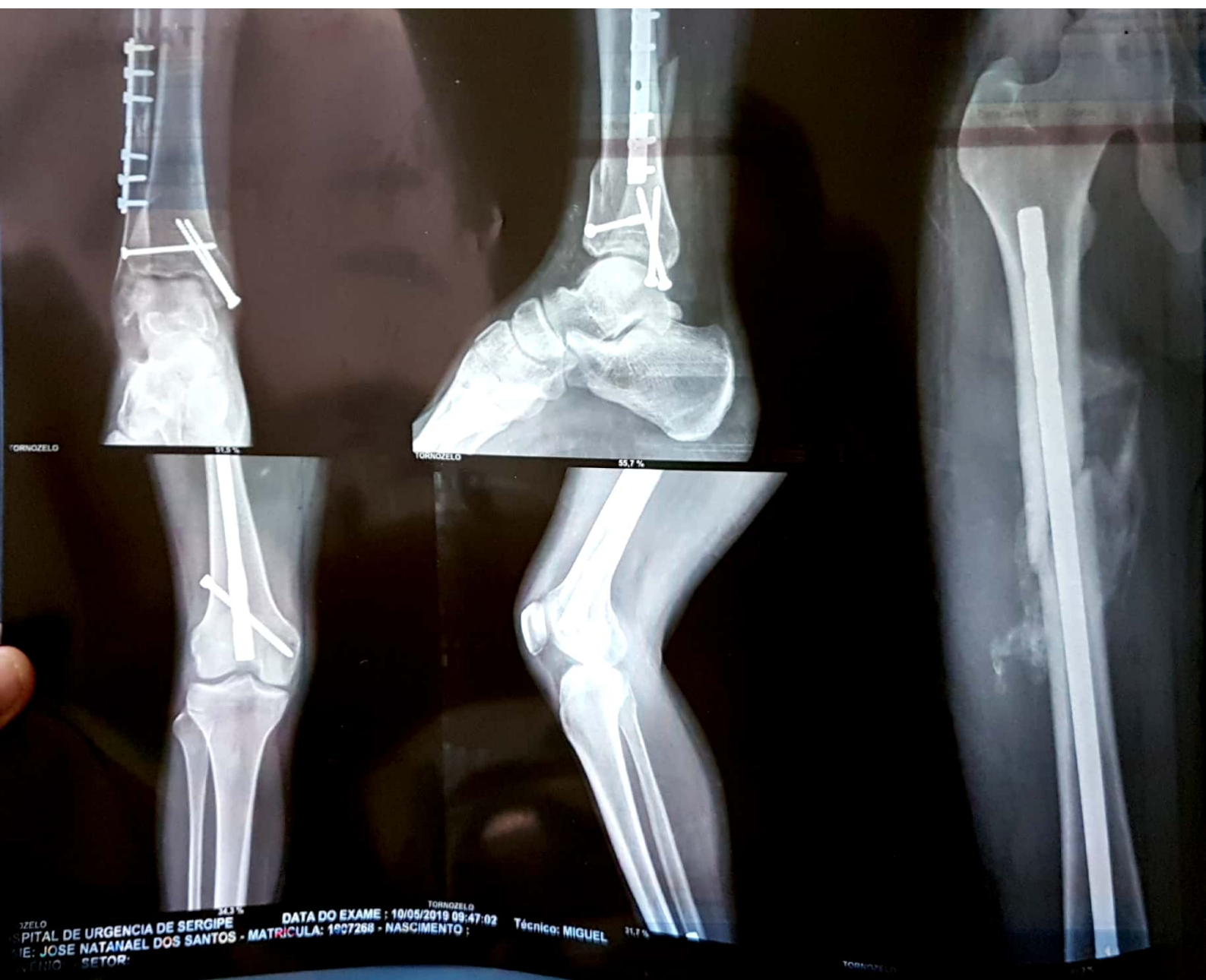












NOME DO PACIENTE:

Josi' Nataneel dos Santos

DATA DA ENTRADA:

03/03/2019

DATA DA SAÍDA:

01/04/2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO:

PS ( )

ENFERMARIA ( )

UTI ( )

## HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de afogamento, chegou pelo SAMU sob protocolo, apresentado fratura de fêmur D e tórax E, ali de esquelético e o FAST foi negativo. O TC de crânio mostrou contusão frontoparietotemporal D e fratura cominada temporária D, de fratura cominada parietal esquerda e parietal esquerda. Colocada gata antietórica. Evoluindo com aumento de hemorragia intracraniana. Admitido na UTI - Agudos, evoluindo com hemorragia intracraniana profunda, por com contusão indicadora de anticonvulsivo, com plenas. Foi indicado platin em caso de apneia. Colocada gata parietal em MID e MID. Evoluindo com hemorragia intracraniana profunda de fêmur D, tórax E.

## HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Osteotomia de fêmur D e tórax E

## EXAMES COMPLEMENTARES:

USG abdome FAST  
Laboratório  
TC crânio / cervical

## MÉDICOS ASSISTENTES:

D. Thiago Vasconcelos  
D. Sérgio Colares  
D. Gustavo Colares  
D. Paulo Roberto Mendonça  
D. Francisco Paulo Pongeluppi

CONDIÇÕES DE ALTA:

MELHORADO (X)

TRANSFERIDO ( )

ÓBITO ( )

ARACAJU, 21 de maio de 2019

Arne Luiz P. Baur

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO



HOSPITAL CIRURGIA  
SERVIÇO DE CIRURGIA VASCULAR

EVOLUÇÃO MÉDICA 29/03/2019

Paciente: JOSE NATANAEL DOS SANTOS			Matrícula:	
Idade:	Nat:	Enf: CG	Leito: C	Conv:

DIAGNÓSTICOS

- ✓ 2º DIH (ADM NA VASC: 27 /03/2019)
- ✓ 1º PO(28/03/19) IMPLANTE DE FVC INFRARRENAL
- ✓ TVP DE MID
- ✓ FX-DE-FEMUR DIREITO

EVOLUÇÃO

EVOLUÇÃO: CLÍNICA E HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL, SEM QUEIXAS ÁLGICAS.

EXAME FÍSICO

LOTE, BEG, AFEBRIL, EUCARDICA, ACIANOTICA, ANICTERICA  
AUSCULTA DE REGIÃO INGUINAL (FEMORAIS): SEM HEMATOMA PULSÁTIL EM SITIO DE PUNÇÃO

EXAMES COMPLEMENTARES

CONDUTA

- ✓ ALTA HOSPITALAR
- ✓ PRESCREVO SINTOMÁTICOS
- ✓ ORIENTAÇÕES GERAIS, ALIMENTARES E COMPORTAMENTAIS
- ✓ ENCAMINHO PARA EQUIPE ASSISTENTE DE ORIGEM PARA SEGUIMENTO CLÍNICO

Dr. Michelle Ringhelet  
Médica Residente  
Cirurgia Vascular

01/04/19 #ACP4

Pontu no novo grau de chfante.

TC de crânio com cateter ligadura final direita e

16/03/19

Se quiser de queda clínica.

Conduta - Alta hospitalar, acompanhando o posto de  
saúde.



DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1867768 DATA: 03/03/2019 HORA: 07:05 USUARIO: ESBSANTOS  
 CNS: SETOR: 04-PS VERMELHA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE NATANAEL DOS SANTOS DOC...:  
 IDADE.....: 21 ANOS NASC: 14/02/1998 SEXO...: MASCULINO  
 ENDereco.....: TRAVESSA REBULEIRINHA NUMERO: 48  
 COMPLEMENTO...: 702000324594187 BAIRRO: CENTRO  
 MUNICIPIO.....: ESTANCIA UF: SE CEP....: 49200-000  
 NOME PAI/MAE...: JOSE OLINPIO DOS SANTOS /CLARINDA DOS SANTOS  
 RESPONSAVEL...: A MAE TEL....: 79-9-9964  
 PROCEDENCIA...: ESTANCIA 7219  
 ATENDIMENTO...: VITIMA DE ATROPELAMENTO  
 CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
 [ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Vide anamnese

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Vide prescrição

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA: :  
 ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
 [ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
 INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATO

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA DO MEDICO  
 CRM-SE 5146

EXAME DE RADIOLOGIA - HUSE

REALIZADO EM 20/3/19

AS 20:28 HS HORAS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

FICHA DE INTERNACAO  
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 185328  
Numero do CNS.....: 0000000000000000  
Nome.....: JOSE NATANAEL DOS SANTOS  
Documento.....: Tipo :  
Data de Nascimento: 14/02/1998 Idade: 21 anos  
Sexo.....: MASCULINO  
Responsavel.....: JOSE OLINPIO DOS SANTOS  
Nome da Mae.....: CLARINDA DOS SANTOS SUS.  
Endereco.....: TRAVESSA REBULEIRINHA 48 (702000324594187)  
Bairro.....: CENTRO Cep.: 49200-000  
Telefone.....: 79-9-996407219  
Município.....: 2802106 - - SE  
Nacionalidade.....: BRASILEIRO  
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1867768  
Clinica.....: 915 - PS VERMELHA  
Leito.....: 999.0015  
Data da Internacao: 04/03/2019  
Hora da Internacao: 00:09  
Medico Solicitante: 031.761.785-06 - DAVID WOKSON DO NASCIMENTO PASSOS  
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO  
Diagnostico.....: NAO INFORMADO  
Identif. Operador.: TSANTOS

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:  
Dt.Hr Saida:  
Especialidade:  
Tipo de Saida:  
CID Principal:  
CID Secundario:  
Principal:  
Secundario:  
Outro:

Fatura  
☒ Envio de L. 11.101/03  
Cirurgia  
☒ Envio de L. 11.101/03  
Preenchido em 03/02/19

Admissao  
04-03-19  
03:20

Diária Anexa

HUSE  
TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA - PS  
REGISTRO: Cine S  
DATA: 04-03-19  
HORÁRIO: 15:47  
Técnico: U



## GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Jose Edson dos Santos SEXO: M ( ☒ ) F ( ☐ ) IDADE: 01 ANOS  
ESTADO CIVIL: ( ☐ ) Casado ( ☐ ) Solteiro ( ☐ ) Outros Cartão do SUS: \_\_\_\_\_  
HOSPITAL DESTINO DO PACIENTE: ABSE - Vermelho  
CONTATO: D. João HORA: \_\_\_\_\_  
VEÍCULO UTILIZADO: Ambulância Hospitalar [VT] ( ☐ ) / SAMU: USB ( ☐ ) USA ( ☒ ) / OUTROS ( ☐ )

### QUADRO CLÍNICO

RESUMO: Paciente com história de edema de membros inferiores há cerca de 01 mês, trazido pela VT - Absa, com uso de medicação e uso pouco adequado.  
A. História pessoal: Colar dental. B. AR: UVRAS, UVRAS, SPO2: 97%. C. História de doença: ACV: 01/01/2017. PA: 138x74 mmHg. D. Clonazepam 07. Presença de edema de membros inferiores. E. História de doença: hemorragia de urina pulmonar. Edema impalpável de coxa direita. Pulso palpável e semitudo.

### TRATAMENTO INSTITUÍDO ATÉ O MOMENTO

MEDICAÇÕES UTILIZADAS: 2 doses de medicação para edema de membros inferiores. Bolus de midazolam, fentanyl e secuniladina para TOT e VM. SRA 2000 mg CV.  
Sedação venosa de clonazepam.  
Sedação contínua com midazolam + fentanyl.  
Suturas + pontos

EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS (Resumo dos resultados): Rx crânio - Sem evidências de fraturas ou sinais de contusão pulmonar.  
Rx fêmur direito - Fratura  
Rx fêmur esquerdo - Fratura  
Rx fêmur esquerdo - Fratura  
Rx fêmur esquerdo - Fratura  
Soluções 14/14 - Hemograma Sangue

### INFORMAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: ( ☐ ) Falta de Vaga ( ☒ ) Procedimento Especializado  
TE de crânio, indicação da hemorragia, Alopécia e redução de FAST/TC  
MÉDICO RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA: Dr. João  
MÉDICO REGULADOR: \_\_\_\_\_ HORA DO CONTATO: \_\_\_\_\_

Estância, 03/03/19

DATA

Enfermeiro Responsável Pelo Setor  
Assinatura / Carimbo

Médico Solicitante  
Assinatura / Carimbo



HOSPITAL DE URGENCIA DE SERGIPE

**ÁREA  
VERMELHA****ADMISSAO VERMELHA**

PACIENTE	JOSE NATANAEL DOS SANTOS				IDADE	21	DATA	03/03/2019
LEITO	13,5	PRONTUÁRIO	1867768	ORIGEM	ARACAJU			
PLANTÃO	DIURNO	MÉDICO	VINICIUS SOUZA					

**1.0 – HISTÓRIA CLÍNICA**

Paciente trazido pelo SAMU (USA) proveniente do Hospital Regional de Estância, vítima de atropelamento, dando entrada naquele hospital com ECG: 07, necessitando IOT. Deu entrada:

**2.0 – EXAME FÍSICO**

- Protocolo ATLS, intubado em VM, com controle cervical.
- B: MV + AHT, simétricos. SAT: 97%.
- C: Hemodinâmica estável sem DVA, sem sangramento ativo. PA: 130 x 70 mmHg FC: 80 bpm TEC: 2s Abdomen flácido, pelve estável. SVD com diurese clara em boa quantidade.
- D: RASS -3 e sem alterações pupilares.
- E: múltiplas escoriações em membros. Fratura de fêmur direito, tibia esquerda e suspeita de pé E.

**3.0 – EXAMES COMPLEMENTARES**

Em anexo  
FAST (-)  
AVALIAÇÃO NEUROCIRURGIA: Contusão frontobasal/ temporal D; Tratamento conservador em acompanhamento  
CIRURGIA GERAL: Reavaliar após exames.  
ORTOPEDIA: Solicitou novas radiografias.

**4.0 – DIAGNÓSTICO**

- Politraumatismo
- Contusão Cerebral

**5.0 – CONDUTA**

- Ressuscitação volêmica
- Manter sedado
- Sol. Laboratório
- Reavaliação da Cirurgia geral e Ortopedia
- Av. Neurocirurgia
- Solicito vaga de UTI

Vinicius Souza  
CRM-SE 5146

03/03/2019 Paciente admitido com fratura de fêmur direito e tibia esquerda. (U. Unimed Serapietá) (U. 0201) Aguardando transferência para hospital (foco na avaliação)

Vinicius Souza  
CRM-SE 5146





# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Página nº

Nome do Paciente: João Nataniel dos Santos

Idade: 21

Sexo: M

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
		03/03/19 - NER -
		Paciente oriundo de acidente de trânsito com politrauma e relato de Glasgow 7 no hospital de origem
		Sedado
		Monitorado, múltiplas com sinais localizações ofensivas à direita
		TC-crânio: contusões fronto-basal / temporal fratura comminutiva fronto-parietal e temporal TC-coluna cervical: ausência de fraturas ou luxações até L7.
		cd: tratamento conservador a princípio acompanhamento
		1 gn
		Gerardo André Reis Neurocirurgia CRM 4103 RQE 2720
03/03/19	10:50h	Paciente deu entrada ao HUSE, com histórico de atropelamento, entubado, com radio- grafias que mostram fraturas diafisárias do fêmur de tórax e.
		cd: Pcp novos radiografias completas.
21:25		PJ. radiog. Rx qm av. d. - Fr. fêm. D; F. fêm. D - T. L. - E. c / impl. nos ossos G/O Aguarda melhorias clínicas do paciente para programas reabilitação.
		Dr.ª Martha Barreto Ortopedia/Traumatologia CREMESP 3174
		3) Resposta: melhorias - MIP - E



# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Página nº 1

Nome do Paciente: José Nataniel dos Santos

Idade: 21

Sexo: M

Unidade de Produção: Vermelho

Leito: 13,5

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	Enfermagem:	HISTÓRICO
03/03/2019	10h00		Paciente admitido neste setor, trazido pela equipe de SAMU, vítima de atropelamento, recebe o paciente em ventilação mecânica, em protocolo de trauma, com acesso periférico MSD e MSE, uso de SVD. Leva para tomografia, USG e Raio-x. Avaliado por NCE e comunicado a ortopedia (Drº Martha) para avaliação, conforme prescrição. Segue aos cuidados da equipe. — x — 1 Thorax Com 219 91
03/03/2019	11h50	Fisioterapia	Paciente admitido neste setor, trazido pela SAMU, F.E 134 bpm, 90+ VM em modo PCV, ajuste parâmetros PEEP 5, P.E 18, F.R 17, FiO2 100%, Tmp. 32, A/P MV 4 em A/H x 10 S/R 15. Monitora e aguarda gaso.
03/03/2019		Em tempo	Reduzo FiO2 21%. Paciente SpO2 100%. Monitora e aguarda cuidados da equipe.
03/03/2019	10:45	# Enfermagem #	No leito decubito dorsal, monitorado + oximetria TOT nº 8 modo A/C, (PEEP 5; FiO2 21%). Sedado com morfinid + fentanyl B115ml. Acesso periférico em MSE. MMII imobilizados. As SSVU P 119 bpm, FR 16 bpm, PA 138 x 78 mm Hg SpO2 96%. Segue em observação e nos cuidados da equipe multidisciplinar. —

Dr. Renato Silva  
Fisioterapia  
CREFIO 7 - 207084 F

Dr. Renato Silva  
Fisioterapia  
CREFIO 7 - 207084 F

Apresenta-se bem  
CREN-BA-SE-380-19-ENF

NOME  
LEITO

DATA

IDADE

SEXO

PRONTUÁRIO

João N. Tancredos Neto

4/3/2019

Placido (13.15h)

~~23/2/2019~~

16.50

Paciente continua grave  
CURSIVA e ALFABET  
Rádico sedoso

Doravida e FRETANIL - 5ml/6

PA : 130/80

Diurese 900ml

Dr. Antonio Sergio Andrade  
Médico  
CRM 10347 SE

Neurocirurgia 04/03/19

Encefalopatia grave  
Encefalopatia, 4a. VII, sob sedação  
Isotônico, 3l 24h/24h  
3l resposta motoriz

Ed. Monitor suporte.

Paulo Roberto S. Mendonça  
Neurocirurgia  
CRM 2118Te de controle de 04/03 e apagamento de cisternas  
de 1250 objeção e desvio da linha média de  $\pm 3mm$ ,  
porção e impedimento temporal e cognitivo  
dr.Ed. Inclua procedimento descompressivo  
caráter de urgência

Obs: Procedimento urgente.

Paulo Roberto S. Mendonça  
Neurocirurgia  
CRM 2118

IDADE \_\_\_\_\_  
PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_

SEXO

DATA

NOME JOE MATHIAS JR  
LEITO

IDADE \_\_\_\_\_  
PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_

SEXO

DATA

[illegible]

Dr. Antonio Eduardo Nogues Gomez  
Calle 2599 - Ciudad 5073  
Caracas, VENEZUELA

Plantão (7-194)

REL- CONTINUED CEMENT

precipitate of  $\text{PbCl}_2$  in cold, soluble  
in  $\text{H}_2\text{O}$  &  $\text{HNO}_3$  - none

Pupils Isocoria, MR RTA Grade 2

Abd. R. Mamon U. P. 2-507

PL = 130180

$$PC = MC$$



NOME Jose Norberto dos SantosIDADE: 21 SEXO: M LEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_ HORA 7-19h DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO

- Pol. Traum. - Atopepungão  
 - TCE, contusão torácica: temporária  
 - Fratura femur D

PROCED. ☒ IOT ☐ TQT ☒ VM ☐ CVC sítio \_\_\_\_\_ dias  
 INVASIVO ☒ SNE ☒ SVD ☒ outro ATUA

CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 0 GLICEMIAS \_\_\_\_\_Δ PAS/PAD 121/79 - 137/79 = 81DIURESE 112 - 136

MEDICAÇÃO

☐ CLEXANE☐ RANITIDINA ou IBP☐ CABEÇEIRA ELEVADA☐ NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min☐ NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h☒ MIDAZ. 15 mL/h

BALANÇO HÍDRICO

GANHOS +3322PERDAS -2800TOTAL +522

DIETA

☐ ORAL ☒ ENTERAL

EVACUAÇÃO

☐ SIM ☒ NÃO \_\_\_\_\_ dias

EXAME FÍSICO

AP. RESP. MVP, sem RA

MODO \_\_\_\_\_ PRESS. \_\_\_\_\_ PEEP \_\_\_\_\_ FIO2 \_\_\_\_\_ Vol. Corr. \_\_\_\_\_ GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_

CARDIOVASC. BNF em 2T, R/RNEUROL. DM5A-5ABDOME plano, fofinho, P.H.A. (+)MEMBROS sem emparelhamento MID

IMPRESSÃO E CONDUTAS:

- Solicito USG doppler MID

- Monitorar glicemia

- Aguardar resultados de CAT e CP

- Solicito novo IOB

- Aguardar NER

- Cobrir 2nd lesão pla ortopédica

- Paciente com fratura de fêmur e mão fr. imobilizada

Adm. S. Castro  
 CRM 5802  
 05 MAR 2019

NOME Jonatã Matheus da Silva IDADE 21 SEXO M  
LEITO 25 PRONTUÁRIO

DATA

Paciente internado 18/03/19.

06

03

17

\* Pericardite aguda - Atipicamente  
\* TCE contuso / FTD  
\* Fratura de fêmur D.

Paciente com quadro de hemorragia intracraniana, no VPM, a partir de trauma de trânsito 15/03/19. Paciente já foi submetido a cirurgia de descompressão de fêmur D. 18/03/19.

Paciente com hematuria

com o 2º e 3º

Admite febre, 38,0 °C

Exame físico - normal

C/ febre intermitente



04.03.19.

Cu. vascular.

Realizado Scan duplex neuro H/D.  
Evidenciada TVP no terço médio-femoral.  
popliteo.

Nas 24h seguintes avaliação gastroenterológica  
soluções e testes para pontos em uso  
de talo gástrico.

Início de oxigênio 1 L/min/kg, 12/11/19 se liberado  
As unidades do clínico indicam pela necessidade  
de cu. vascular.

Unidade  
Cirurgia Geral  
CRM-SE 4555



NOME Jose Nelson das SoudasIDADE: 21 SEXO: M LEITO 25PRONTUÁRIO 14.48 UP:         DATA: 06.03.19 HORA 7-19h DIAS NA UNIDADE         DIH:         

DIAGNÓSTICO

- Politrauma - Abordagem  
 - TCE, conduta proposta: temporária  
 - Fratura femur d

PROCED.

INVASIVO

☒ IOT☐ TQT☒ VM☐ CVC sítio          dias         ☒ SNE☒ SVD☐ outro         

CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 24

GLICEMIAS

Δ PAS/PAD 111/130/60 - 70DIURESE (+)

BALANÇO HÍDRICO

GANHOS +1942PERDAS -2500TOTAL +2442

DIETA

☐ ORAL ☒ ENTERAL

EVACUAÇÃO

☐ SIM ☒ NÃO          dias

MEDICAÇÃO

☒ CLEXANE☐ RANITIDINA ou IBP☒ CABEÇEIRA ELEVADA☐ NORA         mcg/Kg/min☐ NIPRIDE         mL/h☒ MIDAZ. 10 mL/h☐ DOBUTA         mcg/Kg/min☐ TRIDIL         mL/h☒ FENTANIL 15 mL/h

EXAME FÍSICO

AP. RESP. MVC, sem RAMODO          PRESS.          PEEP          FIO2          Vol. Corr         GASO: pH          pO2          pCO2          BIC          sat         CARDIOVASC. BNF em 2x, R/RNEUROL. RASS - 5ABDOME Plano, flocudo, RHA+MEMBROS sem edema (sem efeito)Edema e cianose de cordão

IMPRESSÃO E CONDUTAS:

- Ligo pro ortopedista, Dr. Nilton  
 pro o com da perna, reponde  
 que em 1h quer fazer de ferir  
 e não está muito ruim, o mesmo rep  
 que virou à noite

- Ligo pro pro TC, mesmo sem  
 monitor, o xau pro uso meu aparelho  
 - Dr. Paulo NCE diz ser conduta  
 conservadora. 10 1 1 1 1

Arão S. Castro  
 CRM 5062  
 06 Mar 2019

NOME José Natanael  
IDADE \_\_\_\_\_ SEXO \_\_\_\_\_ LEITO \_\_\_\_\_  
PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP \_\_\_\_\_

**EVOLUÇÃO E PLANO TERAPÊUTICO DIÁRIO**

04/03.

Pac. grave, sedado, expulso em VM  
Ritmo irregular, potássio baixo.  
Febre autem.

Normotenso S/DVA.

AP: MVUA S/RA.

ACV: RCE M.

- Gesso MID verde

CD: lab hoje e amarelo

Opb trocar Rocofim por tazocin e vancomicina → mais de  
48 h de internação

Solicito cultura

Reav. da ortopedia

Sol. Veia central

- Hidralal SNE

- Suspensão deixar polivida

Thiago Smith  
Médico Intensivista  
CRM 3711

**OBJETIVO DIÁRIO:**

- ☐ Reduzir Sedação
- ☐ Retirar Sedação
- ☐ Teste de Respiração Espontânea
- ☐ Retirar SVD
- ☐ Retirar CVC
- ☐ Redução DVA

05/3.

Grave, sedado, TVP MID, contra indicado claudu / hoje  
riva pela NCR.

Outem / pico febril.

Normotenso S/DVA.

Gesso em MID cl mais sec prurito que outem.

AP: MVUA S/RA.

ACV: RCE M.

CD: Reav. da vsc. → filtro de v. cava.

Solicito TOT ortopedia

Dr. Thiago Smith  
Médico - CRM 3711  
CLÍNICA HOSPITAL SÃO LUCAS

**OBJETIVO DIÁRIO:**

- ☐ Reduzir Sedação
- ☐ Retirar Sedação
- ☐ Teste de Respiração Espontânea
- ☐ Retirar SVD
- ☐ Retirar CVC
- ☐ Redução DVA

NOME José Nataneel dos Santos

IDADE: 21a SEXO: M LEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: 07/03/19 HORA 07-19 DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

- Politrauma (propelamento)
- TCE Contuso fronto. temporal D
- Fratura de fêmur D. + fratura de joelho D.
- PAV / ITVP de MID?

PROCED. ~~(X)~~ IOT ( ) TQT ~~(X)~~ VM ( ) CVC sítio \_\_\_\_\_ dias \_\_\_\_\_

INVASIVO ☒ SNE ☒ SVD ☒ outro Transtorno MHI

### CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE Febreil GLICEMIAS

Δ PAS/PAD 106 - 15h

DIURESE 6540ml ↑

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 4.235ml ( ) ORAL ~~( )~~ ENTERAL

PERDAS 6540ml EVACUAÇÃO

TOTAL - 2305ml ( ) SIM (X) NÃO dias

## MEDICACÃO

( ) CLEXANE

~~( )~~ RANITIDINA ou IBP ( ) NOVA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min ~~( )~~ DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min \_\_\_\_\_ mL/h

(~~A~~) CABEÇEIRA ELEVADA ( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h ( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h

~~X~~ MIDAZ. 10 mL/h      ~~X~~ FENTANIL 15 mL/h

## EXAME FISICO

AP. RESP. NI/↓ More moves so .99%

MODE PCV PRESS. 10 PEEP 07 FIO2 40% Vol. Corr +60 GASO: pH      pO2      pCO2      BIC      sat     

PR: 17/15  
CARRINGTON

CARDIOVASC. RCC lin 4 FC: 0+ HA: 120 x 76 mmHg

NEUROL. relaxado ross - h pupilas isocóricas 1

ABDOMEN local, K4A+

MEMBROS Tala gerada no duas pernas, com

**IMPRESSÃO E CONDUTAS :**

\* Entero bipolar com secreç. purulenta  
oculo / Uter. colúmb. com anteb. dispostos no  
hospital)

gostei muito bem da reunião.  
Após a análise da orçamentação  
devidamente analisada sobre o MIO (marcha  
p/ hoje).  
Solicitado acesso ao centro  
de lab.

Dr. Simpson  
Pharmaceuticals, C. Medica  
Santos  
1974 3204



NOME  
LEITO

João Nataneeel dos Santos

IDADE

SEXO

PRONTUÁRIO

DATA

Poli-traumatismo (Migalamento)  
TCE contuso (fronto-temporal D)  
Fratura de fêmur + fratura de joelho E  
Pbv  
TVP de MID (Trombose fêmoro-poplitea D)

Condição geral, sedado em VM modo PCV  
Dormindo 20h Ventilação 15ml/h  
RASS = 2

Pneus

AP. Ventilados

PP: 134/75mm

Med. Plano e Elocido

MUII - H sedado, Agitados

Fe: 102

Corr. A Sedação Dormindo 15ml/h  
Sufite Induções

Dr. Normando Ferreira Filho  
Medicina Interna Pneumologia  
CRM 1361

NOME Jose Vataaniel dos SantosIDADE: 29 SEXO: M LEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: 08/03/19 HORA 07-13 DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

\* Politrauma (Abuso doméstico)  
 \* TCE (contusão parieto-temporal D + edema)  
 \* Pequeno desvio de linha médio/TTD com  
 derrame \* Fx fêmur D + Fx de rádio E + TVP  
 de MID. \* Complicação bilobulada

## PROCED.

## INVASIVO

~~AIOT~~ ( ) TQT ~~AVM~~ ~~AVC~~ sítio VJID dias \_\_\_\_\_  
~~ISNE~~ ~~ISVD~~ ~~outro~~ como MSE

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE pro febril GLICEMIAS  
 $\Delta$  PAS/PAD \_\_\_\_\_ 118-124  
 DIURESE 2200ml \_\_\_\_\_

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 3826ml  
 PERDAS 2200ml  
 TOTAL +1626ml

## DIETA

( ) ORAL ~~ENTERAL~~

## EVACUAÇÃO

( ) SIM ~~NÃO~~ dias \_\_\_\_\_

## MEDICAÇÃO

( ) CLEXANE

~~FRANITIDINA~~ ou IBP

( ) NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min

~~CABEÇEIRA ELEVADA~~

( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h

~~MIDAZ.~~ 15 mL/h

( ) DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min

( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h

~~FENTANIL~~ 15 mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. MV + rumo RA SO<sub>2</sub> 99%MODO PCV PRESS. 10 PEEP 05 FIO2 30 Vol. Corr ±500 GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_FR: 18/16CARDIOVASC. RCR em CT FC: 82 PA: 118 x 69 mmHgNEUROL. Sedado RAS - 4 pupilas isocóricas, re-ABDOM. flácido, RUA + sem massas palpáveisMEMBROS Talo gessado em MMII (em MID com secre-purulenta na reg. de tornozelo) + tórax (edema m-portante de wcc D.

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

\* Mantenho Sedação pelo condit. neurológico

\* Aguardo melhora da c. vascular (por des-

condit. de heparinização, avaliar petio de ven-

\* Comp do NCR

\* Cobrir anal do ortop. de

\* Gessado bem fixado

\* Aguardo lab e cobrir OV de wcc de

hemácias pendente



NOME João Nataniel dos SantosIDADE: 21 a SEXO: M LEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: 09/03/19 HORA 07:19h DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_

DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

\* Politrauma (Atropelamento)  
 \* TCE (contusão frontal temporal D) + edema com  
 pequenos desvios de linha média / c/ TTO consen-  
 \* Fx de fêmur D + Fx de joelho E + TVP de MLE  
 com contraindicação de anticoagulantes \* Ferimento perfurante

## PROCED.

## INVASIVO

☒ IOT☐ TQT☒ VM☒ CVC sítio VJIE

dias \_\_\_\_\_

☐ outro \_\_\_\_\_

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE lúcida febril

GLICEMIAS

Δ PAS/PAD

106 - 149DIURESE 2350 ml

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 2654 mlPERDAS 2350 mlTOTAL +304 ml

## DIETA

☐ ORAL ☒ ENTERAL

## EVACUAÇÃO

☐ SIM ☒ NÃO 4 dias

## MEDICAÇÃO

☐ CLEXANED3 Tazocin / D3 Vancomicina☒ RANITIDINA ou IBP☐ NORA

mcg/Kg/min

☐ DOBUTA

mcg/Kg/min

☒ CABEÇEIRA ELEVADA☐ NIPRIDE

mL/h

☐ TRIDIL

mL/h

☒ MIDAZ15 mL/h☒ FENTANIL15 mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. MV + sem RASO<sub>2</sub>: 96%MODO RV PRESS. 12PEEP 08FIO2 30Vol. Corr +700

GASO: pH

pO2

pCO2

BIC

sat

CARDIOVASC.

Rch em 2T FC: 98PA: 129 x 67 mmHg

NEUROL.

Bedpole Ross - 4

ABDOME

flecoide, RUA + sem massas palpáveis

MEMBROS

edema de MLE D, com Talo gessadoem MLE e MLD

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

\* Analisado hoje pelo C. vascular que soli-  
 caba filtro de rede com  
 \* Comp. de Nch e ortopédia  
 \* gnosmetria art (OK)  
 \* hch OK  
 \* hemograma intestinal aut  
 \* Aguarda TQT

João Nataniel dos Santos  
 Prontuário / C. Médica  
 CRM 2204

NOME José Noronha dos Santos  
 IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: M LEITO 25  
 PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: UTI

DATA: 10/03/19 HORA De manhã DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

Politrauma (Atropelamento)  
TCE (Contusão Frontal-Encefalo D)  
Com Pequena Desordem de Linha Média  
Lofto Conservador  
Fx de Fêmur D + Fx de  
Joelho E + TVP em M.I.D  
Indicação de Filhos de Via  
Com pla Vascular

## PROCED.

## INVASIVO

☒ IOT ( ) TQT ☒ VVM  
☒ SNE ☒ SVD ☒ CVC sítio SID dias \_\_\_\_\_  
 ( ) outro \_\_\_\_\_

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 2 picos (38.2) GLICEMIAS  
 $\Delta$  PAS/PAD Estável 141/114  
 DIURESE 2950ml 130 171

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 140  
 PERDAS 140  
 TOTAL \_\_\_\_\_

## DIETA

( ) ORAL ☒ ENTERAL

## EVACUAÇÃO

( ) SIM ☒ NÃO \_\_\_\_\_ dias

## MEDICAÇÃO

Funkine 100 mg 8/18h  
☒ CLEXANE Funkine D3  
☒ RANITIDINA ou IBP ( ) NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min  
☒ CABEÇEIRA ELEVADA ( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h  
☒ MIDAZ 15 mL/h ( ) DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min  
 ( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h  
☒ FENTANIL 15 mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. N/+ em BMT, em BA

MODO PCV PRESS. 12 PEEP 03 FIO2 30% Vol. Corr 700ml

GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_

CARDIOVASC. BPM em 25 com MD

NEUROL. RASS: -5, pupilas pupiliformes

ABDOM. Plano, indurido, BMA+

MEMBROS Com luxações, edemaciados a direita, avaliação propiedade e capilar

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

HMD estável no mant, em DKA  
Controle da Vp, modo PCV  
Controle Soroelétrico - VpO2, Desempenho assim que possível  
Manejo Soroelétrico - Risco de hiperglicemia pelo PCV, priorizar o manejo  
de RASS - 5 (Oxigênio RASS está - 20-30)  
Manejo Analgésico de Filhos de Via Com pla Vascular

Ailton Lima Noronha Junior  
 Médico  
 CRM / SE 5150

NOME pr. Nelson  
 IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_ LEITO \_\_\_\_\_  
 PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_ HORA \_\_\_\_\_ DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

PROCED. ☐ IOT ☐ TQT ☐ VM ☐ CVC sítio \_\_\_\_\_ dias \_\_\_\_\_  
 INVASIVO ☐ SNE ☐ SVD ☐ outro \_\_\_\_\_

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE \_\_\_\_\_ GLICEMIAS \_\_\_\_\_  
 $\Delta$  PAS/PAD \_\_\_\_\_  
 DIURESE \_\_\_\_\_

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS \_\_\_\_\_  
 PERDAS \_\_\_\_\_  
 TOTAL \_\_\_\_\_

## DIETA

☐ ORAL ☐ ENTERAL

## EVACUAÇÃO

☐ SIM ☐ NÃO \_\_\_\_\_ dias

## MEDICAÇÃO

☐ CLEXANE \_\_\_\_\_  
☐ RANITIDINA ou IBP ☐ NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min ☐ DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min  
☐ CABEÇEIRA ELEVADA ☐ NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h ☐ TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h  
☐ MIDAZ. \_\_\_\_\_ mL/h ☐ FENTANIL \_\_\_\_\_ mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. \_\_\_\_\_  
 MODO \_\_\_\_\_ PRESS. \_\_\_\_\_ PEEP \_\_\_\_\_ FIO2 \_\_\_\_\_ Vol. Corr \_\_\_\_\_ GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_

CARDIOVASC. \_\_\_\_\_

NEUROL. \_\_\_\_\_

ABDOME \_\_\_\_\_

MEMBROS \_\_\_\_\_

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

11/03/19 rot, VM, melado.

freca.

traje ar, melado em o MSD.

Dr. Antônio Fernando M. Aguiar  
 NEFROLOGIA  
 CRMSE 1078 - CPF: 414.878.135-04



NOME José Natal da SilvaIDADE: 21aSEXO: MLEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_

UP: \_\_\_\_\_

DATA: 11/03/19HORA 07:19h DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_

DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

• Politrauma (Atrapelamento)  
 \* TCE (Lentura frontal: tipo D) \* Fx tórax  
 Fx joelho E \* TVP de MID (com melhora  
 de filtro de vena cava).

## PROCED.

~~NOT~~

( ) TQT

~~XVM~~~~X~~ CVC sítio VJID dias \_\_\_\_\_

## INVASIVO

~~X~~ SNE~~X~~ SVD

( ) outro \_\_\_\_\_

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 36.9ml

GLICEMIAS

Δ PAS/PAD

125 - 148DIURESE 4800ml

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 3691mlPERDAS 4800mlTOTAL -1109ml

## DIETA

( ) ORAL ~~X~~ ENTERAL

## EVACUAÇÃO

( ) SIM ~~X~~ NÃO \_\_\_\_\_ dias

## MEDICAÇÃO

• D4 Tazocin + D4 Vancomicina~~X~~ CLEXANE~~X~~ RANITIDINA ou IBP~~X~~ NORA

mcg/Kg/min

( ) DOBUTA

mcg/Kg/min

mL/h

~~X~~ CABEÇEIRA ELEVADA

( ) NIPRIDE

mL/h

( ) TRIDIL

mL/h

mL/h

~~X~~ MIDAZ.20 mL/h~~X~~ FENTANIL

mL/h

mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. MV + Resu PA SO<sub>2</sub>: 99%MODO FEV PRESS. 10 PEEP 08 FIO2 25 Vol. Corr ±700 GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_FR: 16/14CARDIOVASC. RCR em ET FC: 99 PA: 140 x 79 mmHgNEUROL. SínteseABDOME flácido, LHA+MEMBROS Talo gessado em ME e MID, edema  
superfície de cava D.

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

\* Realizado visita de rotina  
 \* Iniciada desmama de Sedosol, de  
 duas morfina de horários e dexmedetomidina  
 em BIC

Desmama de VCR e oxigênio (refúrio)  
 Talo gessado em MID

• Hipotensão refratária

• Aguarda filtro de vena cava

Dr. Simão Santos  
 Médico  
 CRM 2204

NOME José Natal dos Santos IDADE 21 SEXO M  
LEITO 25 PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_

DATA

Plantão Noturno #

12/03/94 Últimas 24h: Alcool; PA e glicemias controladas  
Boa diurese; defecou 1  
Paciente acordado, interagindo com a equipe, estável, bom  
microcirculatório, S/DVA. Em VE, S/ sinais de desconforto  
respiratório, S/ saturação.

As 4h: PA: 127x73 FC: 100 Satura: 96%

AV: BBNF A P J V

PR: MVD AM P RA

Abdome: flácido, P/A 0

Ext: boa perfusão, edema 4+/4+ ~ 4+

Cond: 1) Vigilância ventilatória (extubação hoje)

2) Acompanhamento da NCR.

3) Suporte Intensivo

1303 19

Plantão Diurno (07 - 19h)

Poli-trauma (atropelamento).

TCE

FR. de fêmur D

TVP em MTD c/ indicação de k  
de Vere cove.

FR de joelho D

FR de Tibia E

FR de Pé E

Paciente extubou-se ontem, mas se mant.  
em J. espontâneo

Pulmões lentificados.

Abdome flácido

Tala em MIE e MJD c/ traço externo

PA = 12.7 x 6.9

FC = 79 bpm

T = 34.1°C.

Boa diurese

X Avaliação pela Fono, que não  
liberou dieta oral. Será necessário  
re-passar SNE.

Assinatura 130  
Dr. Jaime A. S. Rodrigues  
CRMSE 1301



NOME José Nataniel dos SantosIDADE: 21a SEXO: M LEITO 25

PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: 14/03/19 HORA 07:19h DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

## DIAGNÓSTICO

\* Politrauma (Atropelamento)  
 \* TCE grave  
 \* Fx de fêmur D + Fx joelho D + Fx Tibia E  
 \* Fx de pé E  
 \* TVP de MID C/microssifto de novo tor

## PROCED.

( ) IOT ( ) TQT ( ) VM ( ) CVC sítio \_\_\_\_\_ dias \_\_\_\_\_

## INVASIVO

( ) SNE ~~( ) SVD~~ ~~( ) outro~~ Processo MSD

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 0

GLICEMIAS

Δ PAS/PAD \_\_\_\_\_

112 - 129DIURESE 1700ml

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 1926mlPERDAS 1700mlTOTAL +269ml

## DIETA (zero)

( ) ORAL ( ) ENTERAL

## EVACUAÇÃO

~~( ) SIM~~ ( ) NÃO \_\_\_\_\_ dias

## MEDICAÇÃO

Tazocem / Vancomicina

( ) CLEXANE

~~( ) FRANITIDINA ou IBP~~

( ) NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min

( ) DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min

\_\_\_\_\_ mL/h

~~( ) CABEÇEIRA ELEVADA~~

( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h

( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h

\_\_\_\_\_ mL/h

( ) MIDAZ. \_\_\_\_\_ mL/h

( ) FENTANIL \_\_\_\_\_ mL/h

\_\_\_\_\_ mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. Mx + ausc RA S<sub>2</sub> 97%MODO \_\_\_\_\_ PRESS. \_\_\_\_\_ PEEP \_\_\_\_\_ FIO<sub>2</sub> \_\_\_\_\_ Vol. Corr \_\_\_\_\_GASO: pH \_\_\_\_\_ pO<sub>2</sub> \_\_\_\_\_ pCO<sub>2</sub> \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_CARDIOVASC. Rx em CT FC PANEUROL. em MMII, vigil, gemente, queixando-se de dorABDOME floco, RVD+MEMBROS Talo gessado em MID e MIE, com troc. improvisado em MID e adeno de coxa D.

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

\* Aguarda neurológico p/avaliação dieta VO. ou repassar SNE  
 \* Retirar SVD e deixar com wagen  
 \* Diminuir analgesia  
 \* Retirar SVD

Dr. Simone S. Santos  
 Residência Médica / C. Médica  
 GRM 2204

NOME psic. Michael da Silva  
 IDADE: 40 anos SEXO: M LEITO 25  
 PRONTUÁRIO 185328 UP: UTI 1º

DATA: 15/03/18 HORA \_\_\_\_\_ DIAS NA UNIDADE 11º DIH: 0403-

DIAGNÓSTICO 1- ICE grave Fúria Riba E  
2- Politrauma (trauma Fúria Pe E.  
lamentoso) TUP de LTD.  
3- Fúria de fêmur  
+ Fúria de pelvis

PROCED. ( ) IOT ( ) TQT ( ) VM ( ) CVC sítio \_\_\_\_\_ dias  
 INVASIVO ( ) SNE ( ) SVD (X) outro NP USE

## CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE 36,1-36,6°C GLICEMIAS  
 Δ PAS/PAD 111-154/65-78 112 110  
 DIURESE 1600 ml/24h 98 98

## BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 2843  
 PERDAS -2200  
 TOTAL -643ml

## DIETA

(X) ORAL ( ) ENTERAL

## EVACUAÇÃO

( ) SIM (X) NÃO \_\_\_\_\_ dias

## MEDICAÇÃO

Insulin  
~~CLEXANE~~ Vancomicina  
~~RANITIDINA~~ ou IBP ( ) NORA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min ( ) DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min \_\_\_\_\_ mL/h  
~~CABEÇEIRA ELEVADA~~ ( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h ( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h \_\_\_\_\_ mL/h  
 ( ) MIDAZ. \_\_\_\_\_ mL/h ( ) FENTANIL \_\_\_\_\_ mL/h \_\_\_\_\_ mL/h

## EXAME FÍSICO

AP. RESP. LU+ em abd. d. A. S802: 99% Fi: Bipm  
 MODO VE PRESS. \_\_\_\_\_ PEEP \_\_\_\_\_ FIO2 \_\_\_\_\_ Vol. Corr \_\_\_\_\_ GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_  
 CARDIOVASC. BRF em 2º, 0 segs. FC: 91 bpm. PA: 125 x 88 mmHg  
 NEUROL. sem sedação ECG: 15 algo confuso.  
 ABDOME plano, flácido, indolor (HAF)  
 MEMBROS edema em LTD (+2/4) TUP LTD.

## IMPRESSÃO E CONDUTAS:

Paciente no leito dorsal sem sedação.  
Acudado, algo confuso. Em ventilação espontânea, eupneica. Hemodinamicamente estável, fDNA.  
co. 1) 1º. fúria de fêmur e pelvis  
2) Acompanhamento da sítio de NP e  
3) UTA da UTI, quando chega da enfermaria.

NOME José Nataniel dos Santos  
IDADE: 21a SEXO: M LEITO 25  
PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_ UP: \_\_\_\_\_

DATA: 15/03/19 HORA 07:13h DIAS NA UNIDADE \_\_\_\_\_ DIH: \_\_\_\_\_

DIAGNÓSTICO \* Politrauma (Atropelamento)  
\* TCE grave  
\* Fx de fêmur + Fx joelho D + Fx (unio E +  
Fx de pé E  
\* TUP de MID (aguarda filtro de veio conc)  
PROCED. ( ) IOT ( ) TQT ( ) VM ( ) CVC sítio \_\_\_\_\_ dias  
INVASIVO ( ) SNE ( ) SVD \* outro Deuço MSE

CONTROLES (ÚLTIMAS 24H)

FEBRE ~~38.5~~ GLICEMIAS \_\_\_\_\_  
Δ PAS/PAD \_\_\_\_\_  
DIURESE 1600ml \_\_\_\_\_

BALANÇO HÍDRICO

GANHOS 2843ml  
PERDAS 1600ml  
TOTAL +1243ml

DIETA

\* ORAL ( ) ENTERAL

EVACUAÇÃO

( ) SIM ( ) NÃO \_\_\_\_\_ dias

MEDICAÇÃO

( ) CLEXANE

\* RANITIDINA ou IBP ( ) NOXA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min  
\* CABEÇEIRA ELEVADA ( ) NIPRIDE \_\_\_\_\_ mL/h  
( ) MIDAZ. \_\_\_\_\_ mL/h

( ) DOBUTA \_\_\_\_\_ mcg/Kg/min  
( ) TRIDIL \_\_\_\_\_ mL/h  
( ) FENTANIL \_\_\_\_\_ mL/h

EXAME FÍSICO

AP. RESP. MV + rum RA SO<sub>2</sub> 98% (Sem O<sub>2</sub> suplemente)  
MODO \_\_\_\_\_ PRESS. \_\_\_\_\_ PEEP \_\_\_\_\_ FIO2 \_\_\_\_\_ Vol. Corr \_\_\_\_\_ GASO: pH \_\_\_\_\_ pO2 \_\_\_\_\_ pCO2 \_\_\_\_\_ BIC \_\_\_\_\_ sat \_\_\_\_\_

CARDIOVASC. RHR em 2T FC: 76 PA: 126 x 77 mmHg  
NEUROL. Algo sonolento, porém desperto ao ser  
ABDOM. Abdominal, RUA +  
MEMBROS edema de couro D + tala gessada em MID  
MIE

IMPRESSÃO E CONDUTAS :

\* Ajuste dose de morfina  
\* Deomp da Oripessia  
\* Alta de UTI aguarda leito de enfer-  
mario  
\* aguarda filtro de veio conc

Dr. Sérgio Santos  
Pneumologista - C. Médica  
CRM 2204

NOME José Nataniel IDADE \_\_\_\_\_ SEXO \_\_\_\_\_  
LEITO \_\_\_\_\_ PRONTUÁRIO \_\_\_\_\_

DATA

15/03

Pac. vigil, interação clínica limitada  
Exame físico em ambiente  
Hidratado, normotenso e DVA

Ar: MVUA e RA

ACW: RCR 2T

Abd: flácido, peristaltico (+)

CD: Alta da UTI

Aguarda lab

Thiago Smith  
Médico Intensivista  
CRM 3711



Nome do Paciente: Vitor Natanael dos Santos Idade: 28 Sexo: M  
Unidade de Produção: 3,2 N° do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
16/3/19	17:00	Visualizar (Vide Excerto) Solicitado avaliação pela ortopedia Paciente proveniente da UTI (cuidados) * Politraumatismo (Atrófico) * TCE (contusão fronto-temporal (D) + dano da linha média) - Tto conservador * Fratura de fêmur (D) e joelho (E) * TVP por TIA Segundo neurocirurgião 2º tto conservador - indicado anticoagulação plena 09/03/19 por planejamento da UTI. Solicitado implante de filtro de vena cava inferior através de AVSV por via cirúrgica no mesmo momento e encaminhado ao NIA p/ FRC. Col: Aguardando implante de filtro de vena cava inferior A disposição Ar condutor da ortopedia e neurocirurgião Dr. François Pavie Pongeluppi Médico CRM SE 02297

16/03/19 P/ Enfermagem  
Paciente segue apresentando alguns sinais de recuperação, inquietos, politraumáticos, 08:30 avaliação da ortopedia, onde compareceu e pediu a neuro-cirurgia. Realizaram contatos com vascular, o mesmo equiparado o paciente em condutas anteriores. Onde neurocirurgião orientou uso de anticoagulantes, e foi solicitado pelo vascular filtro de vena cava inferior segmento de tratamento (T.V.P.). Solicitou neurocirurgião (Dr. Dimas) para re-avaliar e acompanhar o paciente.

Nome do Paciente: João Natanael dos Santos Idade:            Sexo:             
Unidade de Produção: Ala A Leito: 3-2 Nº do Prontuário:           

DATA	HORA	HISTÓRICO
20/03/19	20:45h	Paciente retorna do CC, eutímico, afeto normal, verbalizando; dieta liberada. Sem queixas segue aos cuidados da equipe. Enfatizar 2333498

21/03/19 Afeto. Queixando-se de fortes dores em M.I. e operatório. Em uso de duas de suco mantido, conduta

Solicitado prescrição de paracetamol 1295

24/03/19 Puls N.R.#

Paciente com pulso de implante de pulso de via cava dando a TVP em M.I. com contra-ondas de artéria pulsos, segundo o monitor. Como recém alto da UTI, deve-se em presença de novo DUSV (DUSV inferna) solicitando o procedimento de inserção de M.R. com permissão com indicação do procedimento.

25/3/19 Vascular

Solicitado neovascular do paciente ainda aguardando o implante do filtro de via cava inferior. O N.R. solicitado preenchimento de novo DUSV inferna, porém o

Assinatura: Gamila Reis  
Clínica Médica  
CRMSE 4284









# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº

DATA HORA

HISTÓRICO

paciente apresentava contusão intracraniana com a anticoagulação. Quando avaliado se a contusão indicada a anticoagulação plena, mantém-se a contusão indicada. O implante do filtro de vena cava inferior. Paciente com queixa de dor trípica em T1D. Pulso distal palpado em T1D11 (TA e TP). Em tempo.

Preenche a AUSVE para implante do filtro de vena cava inferior quando parecer de neurocirurgião, se contusão indicada anticoagulação plena, prosseguir com implante de filtro de vena cava, se não contraindicação a anticoagulação plena iniciar tratamento clínico.

Dr. Francisco Pavia Pongiluppi  
Cirurgião Geral  
CRM-SE 5321

Dr. Francisco Pavia Pongiluppi  
Médico  
CRM-SE 5321

28.03.19

Exatidão e

09.10h

Sau chanda fac a análise, presença do feto foi notado que seu embrião os Hospital. Crianças fac a análise de feto de vena cava, devido a TPI em MID.

Pac bem acompanhado, Consciente e tudo no modo sem queixas.

Uliara Dantas Costa  
Médica  
CRM-SE 5951

01/04

Paciente sai de alta hospitalar

2019

22.15h

Eufática 23334935

# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

Página nº

DATA	HORA	HISTÓRICO
2019	03	10
		<p>1/ Enfermeira</p> <p>Paciente consciente, orientada, captação de artil, interativa com alimentos, dieta regular, realizado hemograma, paciente sem alterações de dor. Eixo: Aparelh (40845)</p>

17/04/19 - DT/100

Pronto Co. Curo (pupila)  
 Pl Do 27/3/19

Pelo chefe Gms. Maturato

Pl de o. G. Maturato Curo

Ho de Curo Pl 01/10

Paralelo. Plon. Gms. Maturato

Outros. Maturato

1710315

Pat aguçado  
 Shock in pap  
 de 32

*[Signature]*  
 Daniela Silveira da Silva  
 Enfermeira  
 COREN-SE 40.361

171032019

+ Elísio Murtinho

Paciente da Urologia com  
 fúlsulas reabsorvíveis  
 apresenta quadro de dor  
 responsável por sintomas  
 reabsorvíveis, não há  
 outros sintomas. PA = 120 x 80

Matheus  
 66  
 Med

# EVOLUÇÃO E PLANO TERAPÊUTICO DIÁRIO



EVOLUÇÃO CLÍNICA: PLANTONISTA TARDE E NOITE

HORA

15/03/19

Madeira, Lúcia.


Suma de 07 - MOD.

Novamente os membros superiores  
e gêmeos de apoio.



15/03/19 Pela Enfermeira:

21:20 Pac. admitido proveniente da UTI em POtar-  
dia de fratura de fêmur e tibia D + TCE gra-  
ve. Está consciente, orientado, supine em  
uso de acesso periférico e fralda desor-  
tável. Ficará sob cuidados da Ortopedia e  
tem pedido de "Filtro de veia cava". Segue  
aos cuidados da equipe.

  
Erika Araújo M. Fetterle  
COREN-SE 101845 - ENF

16/03/19 Ortopedia

Pela Bilateral do fêmur.

Prioridade de prioridade de  
TVF Prioridade com Complicação  
M. ARTICULACÃO

Solicito Atm M. Valério M. Araújo  
Essa Ovarios.

Pronto para prioridade de 24/03/19

Grato por tudo

Dr. Sérgio Cabral  
Ortopedia  
Especialista em Ombro e Cotovelo  
CRM 5500





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

06/09/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

AO GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900400}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

09/09/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R. HOJE. Trata-se de ação de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, movida por JOSE NATANAEL DOS SANTOS em face de SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Da análise da exordial e dos documentos a ela anexos verifico que cumpre acomodar a petição inicial aos requisitos que exige, de acordo com o NCPC. 1. Assim, intime-se a parte autora, por seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a petição inicial para: a) Informar endereço eletrônico da parte promovente, conforme o art. 319, II do CPC; b) Acostar aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência financeira alegada ou recolher as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. c) juntar comprovante de residência em nome do autor. Decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação, volvam conclusos. Tudo a ser cumprido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial forte no art. 321 do NCPC. Decorrido o lapso supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos. Estância, 06 de setembro de 2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**2ª Vara Cível de Estância**

Nº Processo 201950101190 - Número Único: 0005762-79.2019.8.25.0027

Autor: JOSE NATANAEL DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. HOJE.

Trata-se de ação de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, movida por JOSE NATANAEL DOS SANTOS em face de SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Da análise da exordial e dos documentos a ela anexos verifico que cumpre acomodar a petição inicial aos requisitos que exige, de acordo com o NCPC.

1. Assim, intime-se a parte autora, por seu advogado para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a petição inicial para:

- a) Informar endereço eletrônico da parte promovente, conforme o art. 319, II do CPC;
- b) Acostar aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência financeira alegada ou recolher as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.
- c) juntar comprovante de residência em nome do autor.

Decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação, volvam conclusos.

Tudo a ser cumprido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial forte no art. 321 do NCPC.

Decorrido o lapso supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

Estância, 06 de setembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiany Nascimento Chagas de Albuquerque, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Estância**, em 09/09/2019, às 10:06:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002292242-24**.







Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

11/09/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Aguardando manifestação da parte autora.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

02/10/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor THAYLA JAMILLE PAES VILA (1193-A-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20191001181305633 às 18:13 em 01/10/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE ESTANCIA/SE**

**AUTOS Nº: 201950101190**

**JOSE NATANAEL DOS SANTOS**, devidamente qualificada nos autos da **ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que move em desfavor de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, em consideração ao despacho de fl., requerer a dilação de prazo, visto que, até a presente data o autor não conseguiu a documentação necessária.

Requer dilação de prazo por 15 dias.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Estancia (SE), 01 de outubro de 2019.

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/SE 1.193-A

**Arthur Andrade Francisco**

OAB/MS 16.303

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**

OAB/MS 15.878

**Thayla Jamille Paes Vila**

OAB/MS 16.317

---

**Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS**

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

02/10/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data, faço os presentes autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

03/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R. HOJE.Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT movida por JOSÉ NATANAEL DOS SANTOS em face de SEG LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.A parte autora fora devidamente intimada a fim de emendar a petição inicial, conforme despacho do dia 09/09/2019.Em manifestação derradeira, a parte autora pugnou pela dilação de prazo, visto que até a presente data não conseguiu a documentação necessária.Considerando o princípio da efetividade e celeridade processual, defiro em parte o pedido contido no petitório retro e, por conseguinte, concedo o prazo de 05 (cinco) dias, para que a parte autora, cumpra os requisitos da emenda à petição inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial forte no art. 321 do NCPC.Decorrido o lapso supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.Estância/SE, 02 de Outubro de 2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**2ª Vara Cível de Estância**

Nº Processo 201950101190 - Número Único: 0005762-79.2019.8.25.0027

Autor: JOSE NATANAEL DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. HOJE.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT movida por JOSÉ NATANAEL DOS SANTOS em face de SEG LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

A parte autora fora devidamente intimada a fim de emendar a petição inicial, conforme despacho do dia 09/09/2019.

Em manifestação derradeira, a parte autora pugnou pela dilação de prazo, visto que até a presente data não conseguiu a documentação necessária.

**Considerando o princípio da efetividade e celeridade processual, defiro em parte o pedido contido no petitório retro e, por conseguinte, concedo o prazo de 05 (cinco) dias, para que a parte autora, cumpra os requisitos da emenda à petição inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial forte no art. 321 do NCPC.**

Decorrido o lapso supra, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

Estância/SE, 02 de Outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiany Nascimento Chagas de Albuquerque, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Estância**, em 03/10/2019, às 09:02:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002532197-48**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Aguardando decurso do prazo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

10/10/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Isenção de Custas realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: THAYLA JAMILLE PAES VILA - 1193}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ESTÂNCIA/MS**

**Processo n. 201950101190**

**JOSE NATANAEL DOS SANTOS**, já qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA** que move em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, vem *mui* respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados signatários, em atenção à certidão de fls., apresentar manifestação nos seguintes termos:

**I - QUANTO A BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

---

É importante ressaltar que a Parte autora necessita da **ASSISTÊNCIA DA JUSTIÇA GRATUITA** e para tanto junta seus documentos para que assim comprove sua situação financeira, o autor se encontra desempregado, bem como, nunca houve registro em carteira. (anexo)

Assim sendo, vem a Parte Autora, através de seu patrono, requerer que seja concedido o benefício da justiça gratuita, pois se assim não for, o mesmo não poderá dar prosseguimento na demanda, já que não possui condições financeiras de recolher às custas do processo e arcar com ônus sucumbenciais.

De outra parte, a gratuidade da justiça é instituto de pleno alcance social e diz

---

respeito à garantia do acesso à justiça, de modo que, por ser instituto nobre, que não pode ser visto ou aplicado com avareza.

Neste sentido, nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovido de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

Nesta consoante os Tribunais Pátrios têm decidido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE COMPROVADA - SIMPLES DECLARAÇÃO - RECURSO PROVIDO.** Para que a parte obtenha o **benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da sua pobreza**, até prova em contrário. A gratuidade da Justiça, sendo um direito subjetivo público outorgado pela Lei n.º 1.060/1950 e pela Constituição Federal, deve ser ampla, abrange todos aqueles que comprovarem sua insuficiência de recursos, não importando ser pessoa física ou jurídica. (TJMS, Agravo de Instrumento n.º 2003.009824-0, Órgão Julgador 3ª Turma, Rel. Des. Hamilton Carli, Julgado em 10 de novembro de 2003, DJMS de 17 de novembro de 2003).

Portanto, é admissível e necessário a concessão da justiça gratuita ao presente caso à Parte Autora, de modo a garantir o seu direito constitucional de acesso à justiça.

---

Assim sendo, é suficiente, portanto, a declaração afirmando ser a parte é economicamente impossibilitada de arcar com os custos de um processo, bem como com honorários advocatícios, sem que haja considerável prejuízo financeiro para si, o que, por si só, traz a presunção de que o Autor se encontra no estado de hipossuficiência econômica.

No entendimento do art. 5º, XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil, que sustenta a tese do livre acesso ao judiciário, fica à pessoa jurídica respaldada com os benefícios da assistência judiciária gratuita, pois, o referido instituto não restringe o direito de acesso à justiça às pessoas jurídicas.

**Art. 5º XXXV** - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

De qualquer modo, saliente-se que cabe à parte adversa, em qualquer fase da lide, requerer a revogação do benefício, desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Assim, preenchida a exigência legal, resta ao Judiciário conceder prontamente a justiça gratuita, nesse sentido vem sendo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, veja-se:

PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA À PESSOA FÍSICA, BASTA A SIMPLES AFIRMAÇÃO DA PARTES DE SUA POBREZA, ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO” (STJ; REsp. 386.684/MG; Recurso Especial 2001/0167610-0; Relator: Ministro José Delgado; DJ 25.03.2002, p. 211)

**PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR - REQUISITOS - COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA - PRECLUSÃO.** Presentes os requisitos autorizadores, o Superior Tribunal de Justiça tem concedido medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso especial. Para concessão do benefício da justiça gratuita, é suficiente a simples alegação do requerente de que sua situação econômica não permite pagar as custas processuais e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. A assistência judiciária pode ser requerida em qualquer fase do processo. Inexistindo recurso da decisão concessiva da liminar, ocorre a

---

preclusão, restando definitivamente decidido que estão presentes os requisitos da aparência do bom direito e do perigo na demora. Medida cautelar procedente” (STJ; MC 2822/SP; Medida Cautelar 2000/0049208-6; Relator: Ministro Garcia Vieira; DJ de 05.03.2001, p. 130).

**HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**, em sua obra Curso de Direito Processual Civil, vol. I, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 98-99, ao dissertar sobre a assistência judiciária, elucida que:

Como regra geral, a parte tem o ônus de custear as despesas das atividades processuais, antecipando-lhe o respectivo pagamento, à medida que o processo realiza sua marcha. Exigir, porém, esse ônus, como pressuposto indeclinável de acesso ao processo, seria privar os economicamente fracos da tutela jurisdicional do Estado. (...)

Necessitado, para o legislador, não é apenas o miserável, mas, sim, 'todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família' (artigo 2º, parágrafo único, da Lei 1.060/50).

(...)

Admite a Lei 1.060/50 a revogação dos benefícios da assistência pelo Juiz da causa, por provocação da parte contrária ou ex officio. Também o procedimento de revogação corre em apartado e não causa prejuízo à marcha do processo principal (artigos 7º e 8º).

Assim, requer que seja reconhecido que a Parte Autora faz jus à justiça gratuita, visto que a Lei n. 13.105/15 não faz ressalvas contrárias, sendo certo ainda que firmou declaração de pobreza, bem como juntou documentos aptos para comprovar sua condição hipossuficiente.

Conforme verifica-se por alguns julgados nesse sentido:

Apelação Cível – Ordinário – 2001.004906-9 – Chapadão do Sul

**Relator – Exmo. Sr. Des. João Maria Lós**

Apelante – Ervino Valdemar Schultz

Apelante – Ervino Raimundo Schultz

Advogado – Flávio Teixeira Sanches

Apelado – Banco do Brasil S/A

Advogado – Wilson Pinheiro

**EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ART. 5º, LXXIV,**



---

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 4º DA LEI 1.060/50 – RECURSO IMPROVIDO.

**Para se valer dos benefícios da assistência judiciária basta a simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os juizes da Quarta Turma Cível do Tribunal de Justiça, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigraficas, dar provimento ao recurso, nos termo do voto do relator. Unanime.

AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECLARAÇÃO DE POBREZA – PRESUNÇÃO DE VERACIDADE – Prova da Condição econômica suficiente. Necessidade. **Para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, basta a declaração pessoal de pobreza da parte, para presumir-se verdadeira a alegação do estado de insuficiência econômica. Tal posicionamento e norteado pelo princípio de que deve a lei facilitar o acesso do povo a justiça.** Recurso provido. (TJRS – AI 70000274563 – (00334333) – 2ª C.Cív. – Relª Desª Teresinha de Oliveira Silva – J. 15.12.1999)

Por derradeiro, não é o simples fato da Parte Autora ter contratado advogado particular na demanda, que a impeça de gozar da assistência judiciária gratuita, dada a existência de contrato *ad exitum*.

VOTO Nº: 007896

AGRV.Nº: 0242904-71.2011.8.26.0000

COMARCA: ARAÇATUBA (5ª VARA CÍVEL)

AGTE.: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA

AGDO.: LUCIANO DOS SANTOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO JUSTIÇA GRATUITA

PESSOA JURÍDICA POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO.

A Recorrente preenche os requisitos autorizadores da concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça. DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA nos autos da “AÇÃO MONITÓRIA” que move em face de LUCIANO DOS SANTOS, cujo pedido de gratuidade de justiça foi indeferido, nos moldes da r. decisão monocrática de fl. 15, da lavra da Eminent Magistrado ANTONIO CONEHERO JÚNIOR.

Irresignada, a Agravante recorre, alegando, em síntese, que faz jus à assistência judiciária, conforme demonstram os “...documentos acostados com a inicial, em especial ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (fls. 61) e, os de fls. 13/49, Estatuto da Entidade, onde no Título I (Fins, Duração, Sede, Manutenção e Constituição), Capítulo I (Fins, Duração e Sede), ficou instituído no Artigo 1º a sua finalidade (fls. 13)” e também o fato de que possui um déficit de R\$ 5.998.329,95 (fls. 02/14).

Anoto que o recurso não foi preparado e foi instruído com as peças obrigatórias e facultativas (fls. 15/91). Às fls. 93/94, foi concedido efeito suspensivo ao recurso, dispensadas as informações do Juízo a quo, bem como a intimação do Agravado para o oferecimento de contrarrazões, uma vez que o mesmo ainda não integrava a relação processual.

É o relatório.

Inicialmente, embora ausente o preparo, conheço do presente recurso, visto que a discussão travada trata-se de concessão do benefício da gratuidade de Justiça.

Respeitado o entendimento do Ilustre Magistrado a quo, a r. decisão monocrática merece reforma. Com efeito, com o advento da Carta da República de 1988, o art. 5º, inc. LXXIV, vê-se que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (grifei). Tal dispositivo também encontra guarida na Lei de Assistência Judiciária (arts. 2º e 4º).

Neste diapasão, cumpre destacar o posicionamento mais abalizado do Superior Tribunal de Justiça, que admite a concessão da gratuidade processual à pessoa jurídica:

**PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PESSOA JURÍDICA - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.** A pessoa jurídica pode desfrutar dos benefícios da assistência judiciária, contanto que demonstre a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo da própria manutenção. Precedentes. Agravo regimental improvido. (STJ; AgRg no Ag 881170/SP; 3ª Turma; Rel. Min. SIDNEI BENETI; DJe 30/09/2008) (Grifei)

**PROCESSUAL CIVIL ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA PESSOA JURÍDICA NÃO COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA EMPRESA.** 1. Esta Corte tem entendido ser possível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita a pessoa jurídica, desde que esteja comprovado não ter condições de suportar os encargos do processo. 2. Agravo regimental não provido. (STJ; AgRg no Ag 1022813/MG; 2ª Turma; Rel. Min. ELIANA CALMON; DJe 02/09/2008) (Grifei)

Em suma, “a assistência judiciária não é incompatível com a pessoa jurídica porque nem a Constituição Federal nem a Lei nº 1.060/50 a excluem do campo de aplicação do citado benefício” (TJSP, Agravo de Instrumento n. 855.465-5/0-00, 9ª Câm. de Direito Público, Rel. Des. DÉCIO NOTARANGELI, j. em 17.12.08, v.u.). (Grifei)

No caso vertente, restou, cabalmente, demonstrado nos autos a condição de hipossuficiência da Agravante. De fato, a Agravante trouxe aos autos prova de que é associação beneficente, filantrópica, que não distribui resultados, dividendo, bonificações ou parcela de seu patrimônio; registrada no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social); e que, além disso, se propõe ao exercício da caridade (fls. 26/91).

Assim, “Inexistindo dúvida de que a agravante é entidade de benemerência, reconhecida pelos Poderes Públicos (...) exercente de atividade filantrópica, dedica-se a atendimento à população carente e notoriamente experimenta os reveses da insuficiência de receitas, o caso é de acolhimento da postulação isencional”. (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0190066-54.2011.8.26.0000, 20ª Câmara de Direito Privado, Rel. Correia Lima, j. em 05/09/2011). (grifei)

Nesse sentido, é a jurisprudência deste Egrégio Tribunal, em casos que envolvem a própria agravante:

Justiça Gratuita. Pessoa jurídica. Entidade Filantrópica. Comprovação nos autos. Possibilidade de concessão da gratuidade a empresa sem fins lucrativos. Agravo provido (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0113981- 27.2011.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. FERNANDO SASTRE REDONDO, j. em 17/08/2011). (grifei) JUSTIÇA GRATUITA Santa Casa de Misericórdia - Miserabilidade presumida - Entidade sem fins lucrativos - Recurso provido (TJSP, Agravo de Instrumento n. 0098912- 52.2011.8.26.0000, 21ª Câmara de Direito Privado, Rel. SILVEIRA PAULILO, j. em 29/06/2011). (grifei) ASSISTÊNCIA JUDICIARIA. IMPUC.NAÇÃO. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAÇATUBA - PROCEDÊNCIA. IRRAZOABILIDADE. PRIMEIRO, O IMPUGNANTE NÃO FEZ NENHUMA PROVA DA INEXISTÊNCIA OU DESAPARECIMENTO DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ADEMAIS HOVE EQUÍVOCO DO MAGISTRADO NA INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO DO BALANÇO DA IMPUGNADA, QUE APRESENTOU DÉFICIT ELEVADO, E NÃO SUPERÁVIT. ALÉM DISSO, A IMPUGNADA É UMA ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE LUTA COM EXTREMA DIFICULDADE FINANCEIRA, COMO É DO

---

CONHECIMENTO PÚBLICO. SENTENÇA REFORMADA. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO PROVIDO (TJSP, Apelação Com Revisão 9161678-95.2005.8.26.0000, 18ª Câmara de Direito Privado, Jurandir de Sousa Oliveira, j. em 16/02/2006). (grifei)

Por conseguinte, a r. decisão recorrida deve ser reformada, uma vez que a Agravante preenche os requisitos autorizadores da concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso.

EDUARDO SIQUEIRA

Desembargador Relator

## **II – CONCLUSÃO**

---

*Ex positis*, entende a Parte Recorrente ter demonstrado cristalinamente a presença do *periculum in mora* - já que se não for deferido o benefício à mesma, esta não terá condições de arcar com o pagamento das custas processuais, o que ocasionará a extinção de seu direito a pleitear frente a justiça o recebimento dos valores que possui crédito pelo suor de seu rosto, posto que para o deferimento da justiça gratuita basta a simples declaração de pobreza, até prova em contrário, ensejando, portanto, a presente manifestação requerendo a assistência judiciária gratuita.

**Por tais razões, reitera-se o pedido referente à concessão do BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, por não ter a Parte Autora condições de arcar com as custas processuais sem o prejuízo próprio.**

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada **THAYLA JAMILLE PAES VILA – OAB/SE 1.193 A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Nestes termos, em que pede deferimento.

Aracaju– SE, 10 de outubro de 2019.

**Thayla Jamille Paes Vila**  
**OAB/SE 1.193 A**

**Thayla Jamille Paes Vila**  
**OAB/MS 16.317**

**Arthur Andrade Francisco**  
**OAB/MS 16.303**

**Rafael Coldibelli Francisco Filho**  
**OAB/MS 15.878**



**TRABALHADOR**

...a sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto-lei nº 29.10, de 29.10.1932 e posteriormente reformada pelo decreto-lei nº 5452 de 01.05.1943 que aprorou a CTPS como documento obrigatório para o exercício de qualquer atividade profissional.

...a deverão ser registrados todos os dados do trabalhador, elementos básicos para o registro dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção dos benefícios previdenciários, garantindo a sua filiação ao seguro desemprego e ao fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS.

...a importância de se manter este documento em estado de conservação, refletindo a conduta profissional do seu titular.

...a importância, o seu dever protegê-la e, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade dos atos como trabalhador e cidadão, contribuir para o seu futuro e o de seus dependentes, também, como documento de identificação.

...A CTPS é financiada com recursos do FUNDO DE AMparo AO TRABALHADOR.

...PORTAL TRABALHO: [HTTP://TRABALHO.GOV.BR](http://trabalho.gov.br)

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO



**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

REGISTRO: 238.60887.15-3

NUMERO: 3798883 SEXO: 0060 LIT: SE

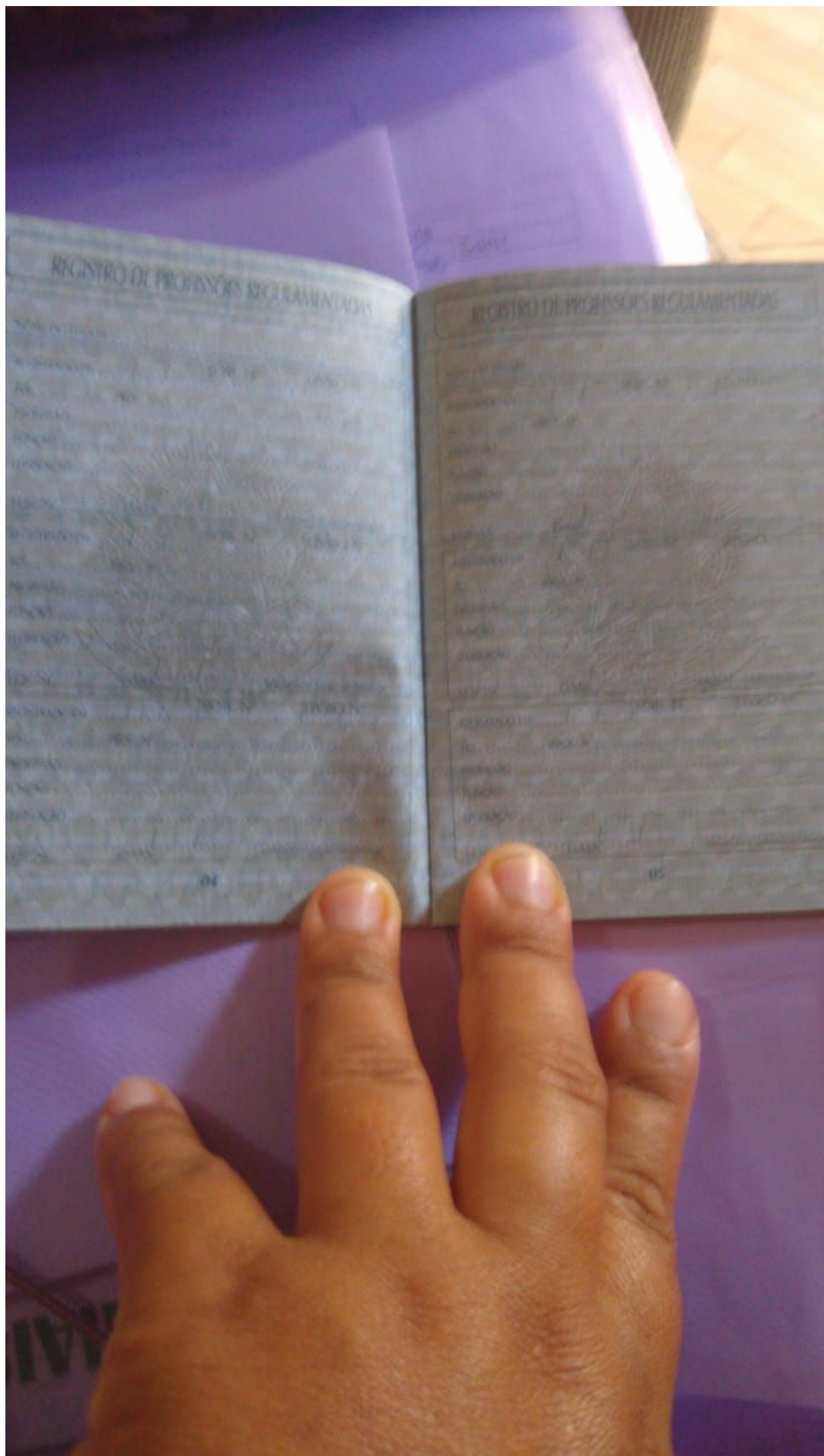
*José Natanael Rosante*

ASSINATURA DO TITULAR

FOTO:  DEDILHAR IMPRESSO: 

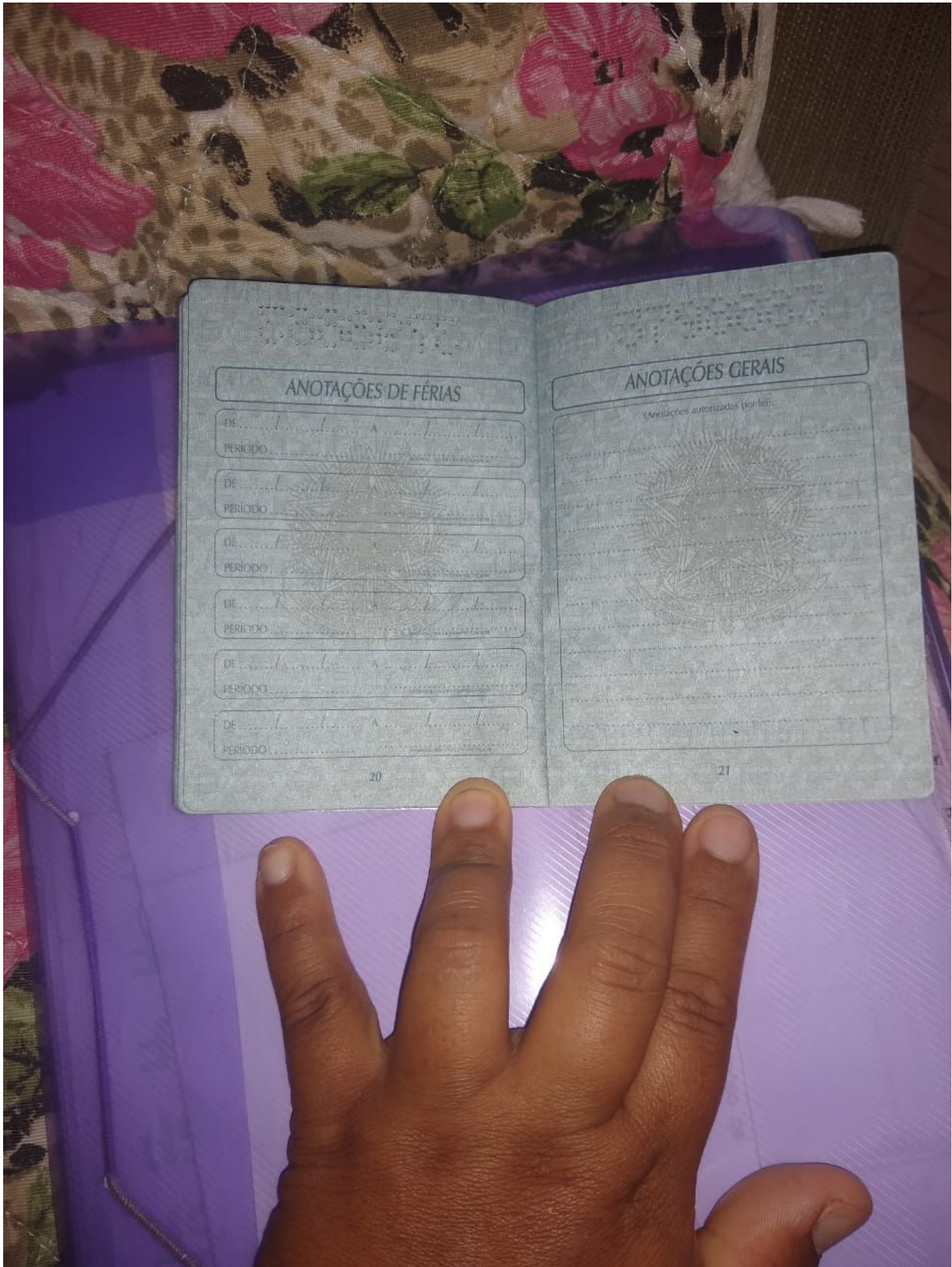












### ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE ..... A .....

PERÍODO .....

DE ..... A .....

PERÍODO .....

DE ..... A .....

PERÍODO .....

DE ..... A .....

PERÍODO .....

DE ..... A .....

PERÍODO .....

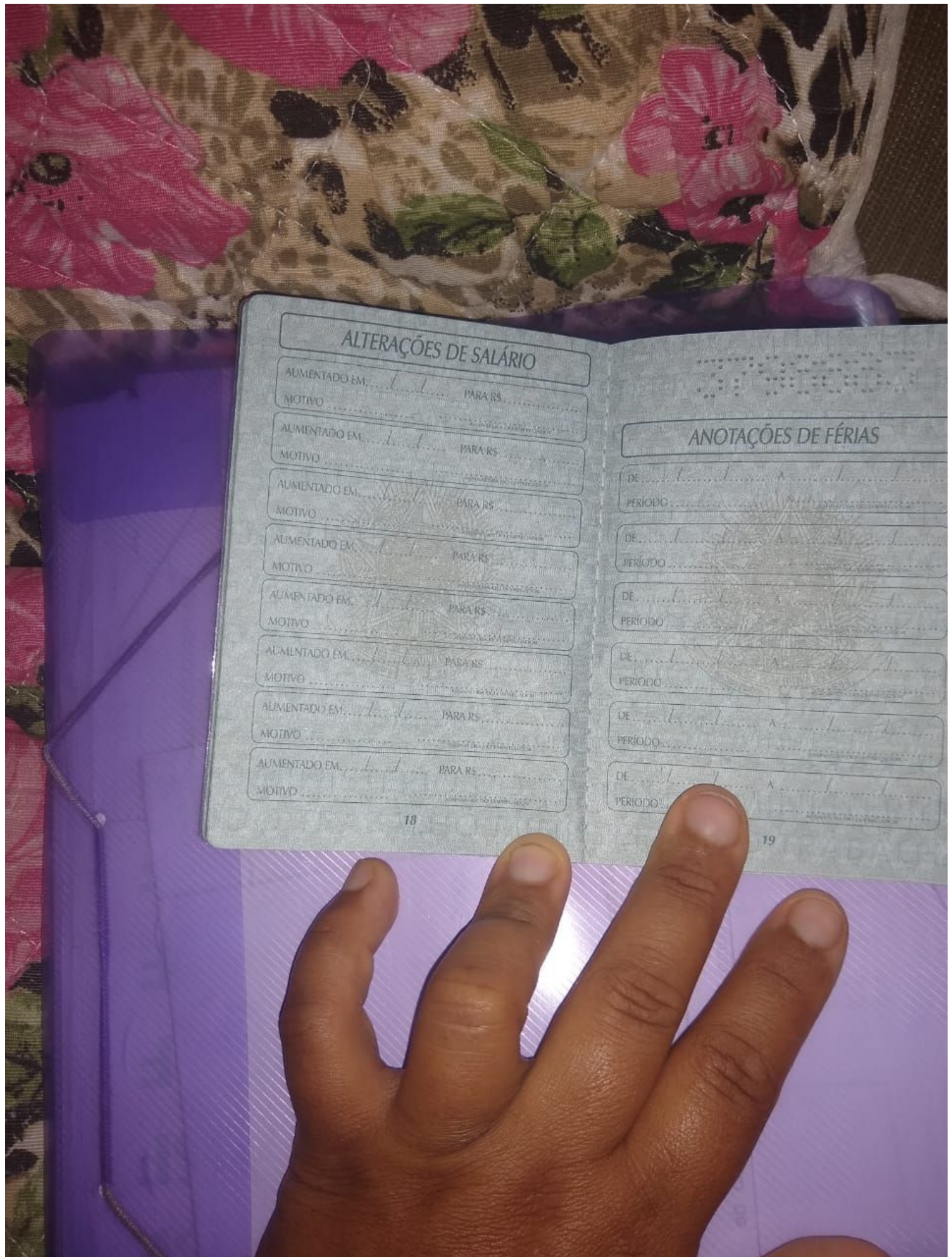
DE ..... A .....

PERÍODO .....

### ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei)





## ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

AUMENTADO EM..... PARA R\$.....

MOTIVO.....

18

## ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

DE..... A.....

PERÍODO.....

DE..... A.....

PERÍODO.....

DE..... A.....

PERÍODO.....

DE..... A.....

PERÍODO.....

DE..... A.....

PERÍODO.....

DE..... A.....

PERÍODO.....

19



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data, faço os presentes autos conclusos.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900508}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R. HOJE. Recebo a emenda a inicial. I- Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC, com esteio nos documentos de fls. 23 e 91/95. II- Deixo de aplicar no caso concreto o disposto no art. 334 do CPC/15, uma vez que a parte autora afirmou desinteresse na audiência de conciliação. III- Cite-se o Réu para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias a presente ação, forte no art. 335 do CPC., sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15). IV- Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitiva a produção de prova. V- Observe o serventário, a disposição do art. 228 do CPC. Estância/SE, 14 de outubro de 2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**2ª Vara Cível de Estância**

**Nº Processo 201950101190 - Número Único: 0005762-79.2019.8.25.0027**

**Autor: JOSE NATANAEL DOS SANTOS**

**Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. HOJE.

Recebo a emenda a inicial.

I- Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC, com esteio nos documentos de fls. 23 e 91/95.

II- Deixo de aplicar no caso concreto o disposto no art. 334 do CPC/15, uma vez que a parte autora afirmou desinteresse na audiência de conciliação.

III- Cite-se o Réu para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias a presente ação, forte no art. 335 do CPC., sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15).

IV- Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.

V- Observe o serventuário, a disposição do art. 228 do CPC.

Estância/SE, 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiany Nascimento Chagas de Albuquerque, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Estância**, em 14/10/2019, às 11:17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002630288-62**.





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

17/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi mandado nº 201950107606

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

17/10/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201950107606 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737] <br/><br/> {Destinatário(a):  
SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
2ª Vara Cível de Estância  
Av. Tenente Eloy, Nº 470  
Bairro - Centro Cidade - Estância  
Cep - 49200-000 Telefone - (79)3522-2297

Normal(Justiça Gratuita)



201950107606

PROCESSO: 201950101190 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0005762-79.2019.8.25.0027  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOSE NATANAEL DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

**Finalidade:** Responder em dias.

**Despacho:** R. HOJE. Recebo a emenda a inicial. I- Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC, com esteio nos documentos de fls. 23 e 91/95. II- Deixo de aplicar no caso concreto o disposto no art. 334 do CPC/15, uma vez que a parte autora afirmou desinteresse na audiência de conciliação. III- Cite-se o Réu para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias a presente ação, forte no art. 335 do CPC., sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15). IV- Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova. V- Observe o serventário, a disposição do art. 228 do CPC. Estância/SE, 14 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

**Ilmº (a) Sr(a)**

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : RUA DA ASSEMBLEIA, 26 ANDAR, 100  
**Bairro** : CENTRO  
**Cep** : 20011904  
**Cidade** : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **Tatiany Nascimento Chagas de Albuquerque, Magistrado(a) de 2ª Vara Cível de Estância**, em 17/10/2019, às 12:45:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002674250-10**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA**  
**Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

04/12/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Aguardando retorno do AR

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

10/01/2020

**MOVIMENTO:**

Outras Informações

**DESCRIÇÃO:**

Cancelamento do Mandado/Carta de nr.201950107606 de Citacao geral - Carta [Movimento gerado nos processos em que se presume a não devolução das cartas pelo ECT, conforme determinação da CGJ.]

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

21/01/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Em razão do cancelamento do AR nº 201950107606, expedi no mandado nº 202050100332

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE ESTÂNCIA DA COMARCA DE ESTÂNCIA  
Av. Tenente Eloi, Bairro Centro, Estância/SE, CEP 49200000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201950101190

**DATA:**

21/01/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202050100332 do tipo Citacao geral - Carta [TM801,MD1737] <br/><br/> {Destinatário(a):  
SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
2ª Vara Cível de Estância  
Av. Tenente Eloy, Nº 470  
Bairro - Centro Cidade - Estância  
Cep - 49200-000 Telefone - (79)3522-2297

Normal(Justiça Gratuita)



202050100332

PROCESSO: 201950101190 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0005762-79.2019.8.25.0027  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOSE NATANAEL DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída da ação acima identificada, tem por finalidade a **citação** de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, como parte integrante desta, para a finalidade abaixo transcrita, advertindo-a de que não sendo a ação contestada, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.

**Finalidade:** Responder em 15 dias dias.

**Despacho:** R. HOJE. Recebo a emenda a inicial. I- Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC, com esteio nos documentos de fls. 23 e 91/95. II- Deixo de aplicar no caso concreto o disposto no art. 334 do CPC/15, uma vez que a parte autora afirmou desinteresse na audiência de conciliação. III- Cite-se o Réu para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias a presente ação, forte no art. 335 do CPC., sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15). IV- Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova. V- Observe o serventário, a disposição do art. 228 do CPC. Estância/SE, 14 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : RUA DA ASSEMBLEIA, 26 ANDAR, 100  
**Bairro** : CENTRO  
**Cep** : 20011904  
**Cidade** : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM801, MD1737]



Documento assinado eletronicamente por **CORINTO ANDRADE CONCEIÇÃO**,  
**Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Estância**, em  
**21/01/2020, às 08:13:03**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico  
[www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento  
do número de consulta pública **2020000115313-85**.